

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	50
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	106
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.204.620.569
Preferenciais	4.453.438
Total	2.209.074.007
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	6.927.630	6.856.209
1.01	Ativo Circulante	2.354.414	2.560.150
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.428	40.860
1.01.02	Aplicações Financeiras	501.439	757.774
1.01.03	Contas a Receber	1.455.163	1.247.080
1.01.03.01	Clientes	1.455.163	1.247.080
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	1.454.672	1.246.976
1.01.03.01.02	Contas a receber - bandeira tarifária	491	104
1.01.04	Estoques	10.630	7.535
1.01.06	Tributos a Recuperar	71.265	90.507
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	71.265	90.507
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	11.905	40.807
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	59.360	49.700
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	282.489	416.394
1.01.08.03	Outros	282.489	416.394
1.01.08.03.01	Aquisição de combustível - conta CCC	161.676	221.298
1.01.08.03.02	Serviços pedidos	71.144	77.589
1.01.08.03.03	Depósitos judiciais	6.931	2.306
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	71.810
1.01.08.03.05	Outros créditos a receber	42.738	43.391
1.02	Ativo Não Circulante	4.573.216	4.296.059
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.138.560	2.137.947
1.02.01.03	Contas a Receber	257.845	199.624
1.02.01.03.01	Clientes	257.845	199.624
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.880.715	1.938.323
1.02.01.09.03	Sub-rogação da CCC - valores aplicados	85.961	65.824
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	141.299	141.512
1.02.01.09.05	Instrumento financeiro derivativo	0	145.688
1.02.01.09.06	Impostos e contribuições a recuperar	63.629	56.619
1.02.01.09.07	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	41.940	39.661
1.02.01.09.08	Outros créditos a receber	68.536	74.992
1.02.01.09.09	Ativo financeiro da concessão	1.479.350	1.414.027
1.02.02	Investimentos	6.748	6.748
1.02.04	Intangível	2.427.908	2.151.364

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	6.927.630	6.856.209
2.01	Passivo Circulante	1.954.866	2.209.875
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.891	20.737
2.01.02	Fornecedores	536.182	565.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	339.881	598.780
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	338.540	598.780
2.01.04.02	Debêntures	1.341	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.000.307	925.503
2.01.05.02	Outros	1.000.307	925.503
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.267	17.366
2.01.05.02.04	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	91.679	35.409
2.01.05.02.05	Impostos e contribuições a recolher	209.330	231.170
2.01.05.02.06	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	522	0
2.01.05.02.07	Encargos do consumidor	38.725	33.205
2.01.05.02.08	Contribuição de iluminação pública	9.924	0
2.01.05.02.09	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	35.679	52.454
2.01.05.02.10	Participação nos lucros	26.866	31.882
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	34.474	0
2.01.05.02.12	Partes relacionadas	297.685	258.656
2.01.05.02.13	Valores a pagar de recuperação judicial	87.719	91.446
2.01.05.02.14	Outras contas a pagar	145.437	173.915
2.01.06	Provisões	61.605	99.115
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	61.605	99.115
2.02	Passivo Não Circulante	2.899.592	2.801.364
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.079.731	1.084.807
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	978.736	1.084.807
2.02.01.02	Debêntures	100.995	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.607.558	1.557.443
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.997	49.861
2.02.02.02	Outros	1.599.561	1.507.582
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	35.497	49.605
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	54.757	0
2.02.02.02.05	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	60.989	27.837
2.02.02.02.06	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	108.665	98.395
2.02.02.02.07	Valores a pagar de recuperação judicial	963.593	995.599
2.02.02.02.08	Plano de aposentadoria e pensão	32.396	36.718
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	343.664	299.428
2.02.03	Tributos Diferidos	97.826	63.541
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.826	63.541
2.02.04	Provisões	114.477	95.573
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	114.477	95.573
2.03	Patrimônio Líquido	2.073.172	1.844.970
2.03.01	Capital Social Realizado	1.521.740	1.521.740
2.03.03	Reservas de Reavaliação	155.570	171.456
2.03.04	Reservas de Lucros	145.566	150.465

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	248.987	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.309	1.309

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.158.311	3.128.991	1.139.994	3.145.304
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-847.127	-2.425.800	-887.251	-2.524.217
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	-529.185	-1.548.299	-634.233	-1.804.247
3.02.02	Custo de construção	-213.709	-563.895	-152.047	-476.457
3.02.03	Custo da operação	-104.233	-313.606	-100.971	-243.513
3.03	Resultado Bruto	311.184	703.191	252.743	621.087
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-136.526	-367.484	-130.814	-381.049
3.04.01	Despesas com Vendas	-69.536	-188.722	-62.906	-184.917
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.375	-154.396	-38.345	-101.387
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.615	-24.366	-29.563	-94.745
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	174.658	335.707	121.929	240.038
3.06	Resultado Financeiro	-70.453	-52.780	-91.123	424.202
3.06.01	Receitas Financeiras	22.589	424.564	660.751	1.543.633
3.06.02	Despesas Financeiras	-93.042	-477.344	-751.874	-1.119.431
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	104.205	282.927	30.806	664.240
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.429	-49.826	-28.979	-175.375
3.08.01	Corrente	-7.650	-15.541	4.195	-5.678
3.08.02	Diferido	-2.779	-34.285	-33.174	-169.697
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	93.776	233.101	1.827	488.865
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	93.776	233.101	1.827	488.865
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213
3.99.01.02	PNA	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213
3.99.01.03	PNB	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213
3.99.01.04	PNC	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.99.02.01	ON	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213
3.99.02.02	PNA	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213
3.99.02.03	PNB	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213
3.99.02.04	PNC	0,04245	0,10552	0,00083	0,2213

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	93.776	233.101	1.827	488.865
4.03	Resultado Abrangente do Período	93.776	233.101	1.827	488.865

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/09/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	137.562	103.614
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	413.623	956.635
6.01.01.01	Lucro líquido do período	233.101	488.865
6.01.01.02	Amortização	148.510	96.620
6.01.01.04	Baixa de intangível	2.358	46.787
6.01.01.05	Atualização do ativo financeiro	-46.191	-165.340
6.01.01.06	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-90.997	501.540
6.01.01.07	Perda (ganho) com instrumentos derivativos	217.498	-193.149
6.01.01.08	Ajuste do valor presente	-26.095	-387.013
6.01.01.09	Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	40.293	10.364
6.01.01.10	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-93.732	76.115
6.01.01.11	Valores a devolver de parcela A a e outros financeiros	56.270	342.660
6.01.01.12	Rendimentos de aplicações financeiras	-77.218	-36.189
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuições sociais deferidos	34.285	169.697
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuições sociais correntes	15.541	5.678
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-164.386	-596.161
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-172.185	-395.289
6.01.02.02	Contas a receber - bandeiras tarifárias	-387	-22.512
6.01.02.03	Aquisição de combustível- conta CCC	59.622	41.448
6.01.02.04	Serviços perdidos	6.445	-46.213
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-4.412	-9.592
6.01.02.06	Estoques	-3.095	6.824
6.01.02.07	Imposto e contribuições a recuperar	21.892	-174
6.01.02.08	Imposto e contribuições sobre o lucro a recuperar	-9.660	-9.314
6.01.02.09	Sub-rogação da CCC	-20.137	44.490
6.01.02.10	Impostos e contribuições diferidos	-2.279	0
6.01.02.11	Outros créditos a receber	7.108	-11.904
6.01.02.12	Fornecedor	-29.558	-246.653
6.01.02.13	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-3.846	-4.500
6.01.02.14	Imposto e contribuições a recolher	-22.890	0
6.01.02.15	Imposto e contribuições sobre o lucro a recolher	-15.019	7.011
6.01.02.16	Encargos do consumidor	5.520	32.537
6.01.02.17	Contribuição de iluminação pública	9.924	6.158
6.01.02.18	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.645	11.522
6.01.02.19	Participação nos lucros	-5.016	0
6.01.02.20	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.058	0
6.01.03	Outros	-111.675	-256.860
6.01.03.01	Partes relacionadas	-2.473	-260.935
6.01.03.02	Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-58.899	-6.947
6.01.03.03	Juros pagos	-61.740	-33.343
6.01.03.04	Outras contas a pagar	15.759	44.365
6.01.03.05	Plano de aposentadoria e pensão	-4.322	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-112.988	-293.594
6.02.01	Aquisições no ativo intangível	-446.541	-380.637
6.02.02	Resgates/aplicações financeiras	333.553	87.043
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-32.006	248.099
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	192.147	693.187
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-322.611	-703.637
6.03.03	Amortização de instrumentos financeiros derivativos	89.231	42.133
6.03.04	Valores a pagar de recuperação judicial	9.227	-74.800
6.03.05	Recurso destinado para aumento de capital	0	291.216
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.432	58.119
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.860	54.210
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.428	112.329

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.521.740	0	321.922	0	1.309	1.844.971
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.521.740	0	321.922	0	1.309	1.844.971
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.900	0	0	-4.900
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.900	0	0	-4.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	233.101	0	233.101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	233.101	0	233.101
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-15.886	15.886	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-15.886	15.886	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.521.740	0	301.136	248.987	1.309	2.073.172

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	924.524	0	211.401	-392.340	-15.148	728.437
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	924.524	0	211.401	-392.340	-15.148	728.437
5.04	Transações de Capital com os Sócios	597.216	0	0	0	0	597.216
5.04.01	Aumentos de Capital	597.216	0	0	0	0	597.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	488.865	0	488.865
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	488.865	0	488.865
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-32.840	32.840	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-24.730	24.730	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	16.917	-16.917	0	0
5.06.04	Baixa da reserva de reavaliação	0	0	-25.027	25.027	0	0
5.07	Saldos Finais	1.521.740	0	178.561	129.365	-15.148	1.814.518

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	4.512.587	4.337.765
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.632.081	4.506.011
7.01.02	Outras Receitas	-25.762	-92.131
7.01.02.01	Provisão (reversão) de processos cíveis , fiscais e trabalhistas	-1.395	2.687
7.01.02.02	Outras despesas (receitas) operacionais	0	-73
7.01.02.03	Outras despesas (receitas) não recorrentes	-24.367	-94.745
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-93.732	-76.115
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.407.515	-2.512.082
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.112.194	-2.280.704
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-285.948	-242.373
7.02.04	Outros	-9.373	10.995
7.02.04.01	Subvenção-CCC	-9.373	10.995
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.105.072	1.825.683
7.04	Retenções	-148.510	-96.620
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-148.510	-96.620
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.956.562	1.729.063
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	242.272	1.543.633
7.06.02	Receitas Financeiras	196.479	1.543.633
7.06.03	Outros	45.793	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.198.834	3.272.696
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.198.834	3.272.696
7.08.01	Pessoal	97.346	105.019
7.08.01.01	Remuneração Direta	88.203	33.577
7.08.01.02	Benefícios	17.180	26.105
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.751	6.824
7.08.01.04	Outros	-14.788	38.513
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.552.916	1.540.209
7.08.02.01	Federais	706.073	724.169
7.08.02.02	Estaduais	846.211	814.902
7.08.02.03	Municipais	632	1.138
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	315.471	1.138.603
7.08.03.01	Juros	-19.402	150.777
7.08.03.02	Aluguéis	20.420	19.172
7.08.03.03	Outras	314.453	968.654
7.08.03.03.01	Encargos com parte relacionada	0	40.428
7.08.03.03.02	Outros	314.453	928.226
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	233.101	488.865
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	233.101	488.865

Comentário do Desempenho



Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2016 - A Equatorial Energia S.A. (BM&FBOVESPA: EQTL3) anuncia hoje os seus resultados do terceiro trimestre e dos primeiros nove meses de 2016 (3T16 e 9M16).

A Equatorial é uma empresa holding que possui investimentos na CEMAR, na CELPA, na Geramar e na 55 Soluções. No segmento de distribuição, a Equatorial possui 65,11% da CEMAR, concessionária que atua em todo o Estado do Maranhão e 96,50% da CELPA, concessionária que atua em todo o Estado do Pará. No segmento de transmissão, a Equatorial controla a Equatorial Transmissão. A Equatorial também detém 25% do capital total da Geramar, sociedade responsável pela operação de 2 usinas térmicas no Maranhão, com capacidade instalada de 330MW. No segmento de prestação de serviços, a Equatorial detém 100% da 55 Soluções, que por sua vez detém 51% da Sol Energias, empresa comercializadora de energia elétrica. As informações não financeiras da Equatorial Energia e de suas controladas, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT), as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

EQUATORIAL ENERGIA ARREMATA 7 LOTES NO LEILÃO DE TRANSMISSÃO. PERDAS TOTAIS NA CELPA ATINGEM 27,7%, 0,9 p.p. ACIMA DO PATAMAR REGULATÓRIO.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ **Robusto Crescimento de Energia Faturada:** O volume total de energia distribuída da CEMAR atingiu 1.563 GWh no 3T16, 2,8% superior ao 3T15. O volume total distribuído pela CELPA (mercados cativo e livre) somou 2.316 GWh no 3T16, o que representa um aumento de 6,5%.
- ▶ **Robusto Crescimento de EBITDA:** No 3T16, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 428 milhões, versus R\$ 331 milhões no 3T15, aumento de 29,2%.
- ▶ **O Lucro Líquido Ajustado** no trimestre foi de R\$ 216 milhões, crescimento de 177,3% em relação ao ano anterior.
- ▶ No 3T16, os investimentos consolidados da Equatorial totalizaram R\$ 382 milhões e foram 48,6% maiores do que os realizados no 3T15.
- ▶ **Combate às Perdas:** Na CEMAR, as perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no 3T16 representaram 17,9% da energia injetada. Na CELPA, as perdas totais encerraram o trimestre em 27,7% da energia injetada (0,9 pontos percentuais acima da meta regulatória), queda de 0,9 p.p..
- ▶ **Indicadores de Qualidade:** No 3T16, os índices de DEC e FEC da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 13,5 horas e 7,2 vezes respectivamente, melhorias de 2,0% e 3,0%. Na CELPA, o DEC encerrou o período com melhora de 1,4% e o FEC com aumento de 1,7% em relação ao último trimestre.
- ▶ **Reajuste tarifário CEMAR e CELPA:** Em agosto de 2016, ocorreu o reajuste tarifário anual de CEMAR e CELPA, representando um impacto médio percebido pelo consumidor de 8,24% e 7,55%, respectivamente.
- ▶ **CEMAR é a 1ª Distribuidora do setor elétrico a emitir debêntures de infraestrutura no Brasil:** Em 1º de novembro de 2016, foi liquidada a 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em duas séries de 5 e 7 anos, sendo 155.000 e 115.000 respectivamente, no montante total de R\$270 milhões, com o vencimento da 1ª série em outubro de 2021, ao custo de NTN-B 2021 -0,35% a.a., e da 2ª série em outubro de 2023, ao custo de NTN-B 2023 -0,25% a.a..
- ▶ **Equatorial Transmissão:** Em leilão de transmissão realizado em 28 de outubro, a Equatorial arrematou 7 lotes com investimento total estimado pela ANEEL de R\$ 3,9 bilhões e Receita Anual Permitida de R\$ 719 milhões.

Destaques Financeiros (R\$ MM)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Receita operacional líquida (ROL)	1.862	1.732	2.023	8,6%	5.259	5.488	4,4%
EBITDA ajustado (trimestral)	331	321	428	29,4%	811	985	21,5%
EBITDA ajustado (últ.12 meses)	1.055	1.256	1.366	29,5%	1.055	1.366	29,5%
Margem EBITDA (%ROL)	17,8%	18,5%	21,2%	3,4 p.p.	15,4%	17,9%	2,5 p.p.
Lucro líquido ajustado	78	180	216	177,3%	276	518	87,4%
Margem líquida (%ROL)	4,2%	10,4%	10,7%	6,5 p.p.	5,3%	9,4%	4,2 p.p.
Lucro líquido ajustado por ação (R\$/ação)	0,41	0,91	1,09	168,7%	3,36	2,61	-22,3%
Investimentos	257	345	382	48,6%	793	997	25,7%
CEMAR	78	103	131	68,4%	212	341	60,4%
PLPT (CEMAR)	22	31	36	63,0%	47	85	82,5%
CELPA	89	130	132	49,0%	345	338	-2,0%
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS ISOLADOS	13	14	15	12,8%	36	60	64,5%
PLPT (CELPA)	53	63	67	25,5%	145	166	14,1%
Geramar	2	3	1	-41,4%	7	7	1,3%
Dívida líquida	1.527	2.165	2.324	52,2%	1.527	2.324	52,2%
Dívida líquida/EBITDA ajustado (últ 12 meses)	1,4	1,7	1,7	0,2 x	1,4	1,7	0,2 x

Dados Operacionais	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Energia faturada (GWh)							
CEMAR	1.520	1.529	1.563	2,8%	4.360	4.554	4,5%
CELPA	2.175	2.089	2.316	6,5%	6.033	6.407	6,2%
Nº de consumidores (Mil)							
CEMAR	2.238	2.323	2.340	4,6%	2.238	2.340	4,6%
CELPA	2.275	2.369	2.405	5,7%	2.275	2.405	5,7%

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS	1
2. EQUATORIAL TRANSMISSÃO	4
3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	4
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	24
7. ENDIVIDAMENTO	26
8. INVESTIMENTOS	28
9. MERCADO DE CAPITAIS	29
10. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	29
11. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO	29
ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO (R\$ MM)	31
ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)	34
ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)	35

2. EQUATORIAL TRANSMISSÃO

Na 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 realizada em 28 de outubro de 2016, a Equatorial Energia arrematou os seguintes lotes:

Lote	Localização	Km	Investimento Estimado R\$ mil	RAP Máxima R\$ mil	RAP Contratada R\$ mil	Deságio	Início de Operação
8	BA	251	444.834	92.657	77.832	16,00%	fev/22
9	BA	213	466.115	98.038	70.588	28,00%	fev/22
12	BA / PI	380	547.501	114.332	102.900	10,00%	fev/22
14	MG / BA	594	1.060.089	223.057	185.598	16,79%	fev/22
15	MG / BA	257	433.199	91.108	85.642	6,00%	fev/22
16	MG	330	504.598	106.179	106.179	0,00%	fev/22
23	PA	125	426.985	89.785	89.784	0,00%	fev/22
TOTAL		2.150	3.883.321	815.156	718.523	11,9%	

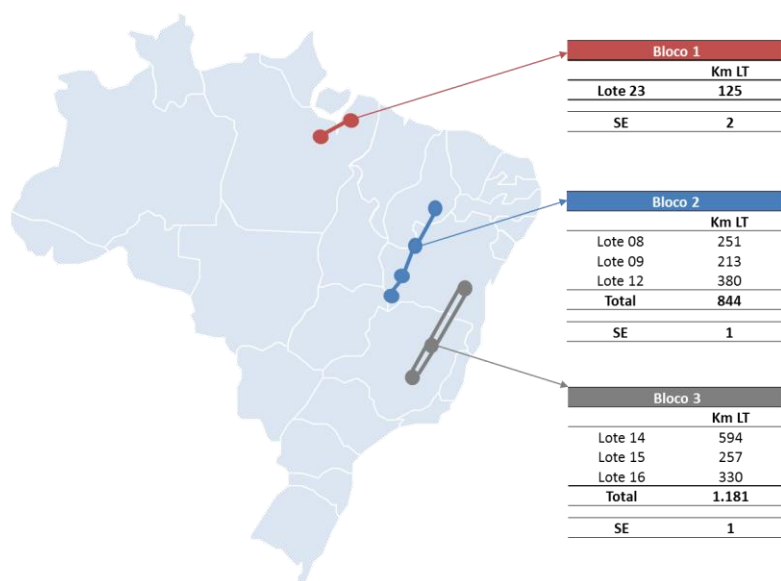
O "Investimento Estimado" e a data de "Início de Operação" da tabela são as que constam no Edital do Leilão ou na Nota Técnica nº 25/2016-SEL-SCT/ANEEL e que não refletem as premissas finais validadas pela Companhia.

O valor do investimento contratado pela Companhia junto aos seus fornecedores está totalmente denominado em Reais.

Em média, acreditamos ser possível antecipar o prazo de entrada em operação dos lotes em 12 meses ou mais.

Todos os lotes estão, total ou parcialmente, em áreas de influência da SUDAM ou SUDENE.

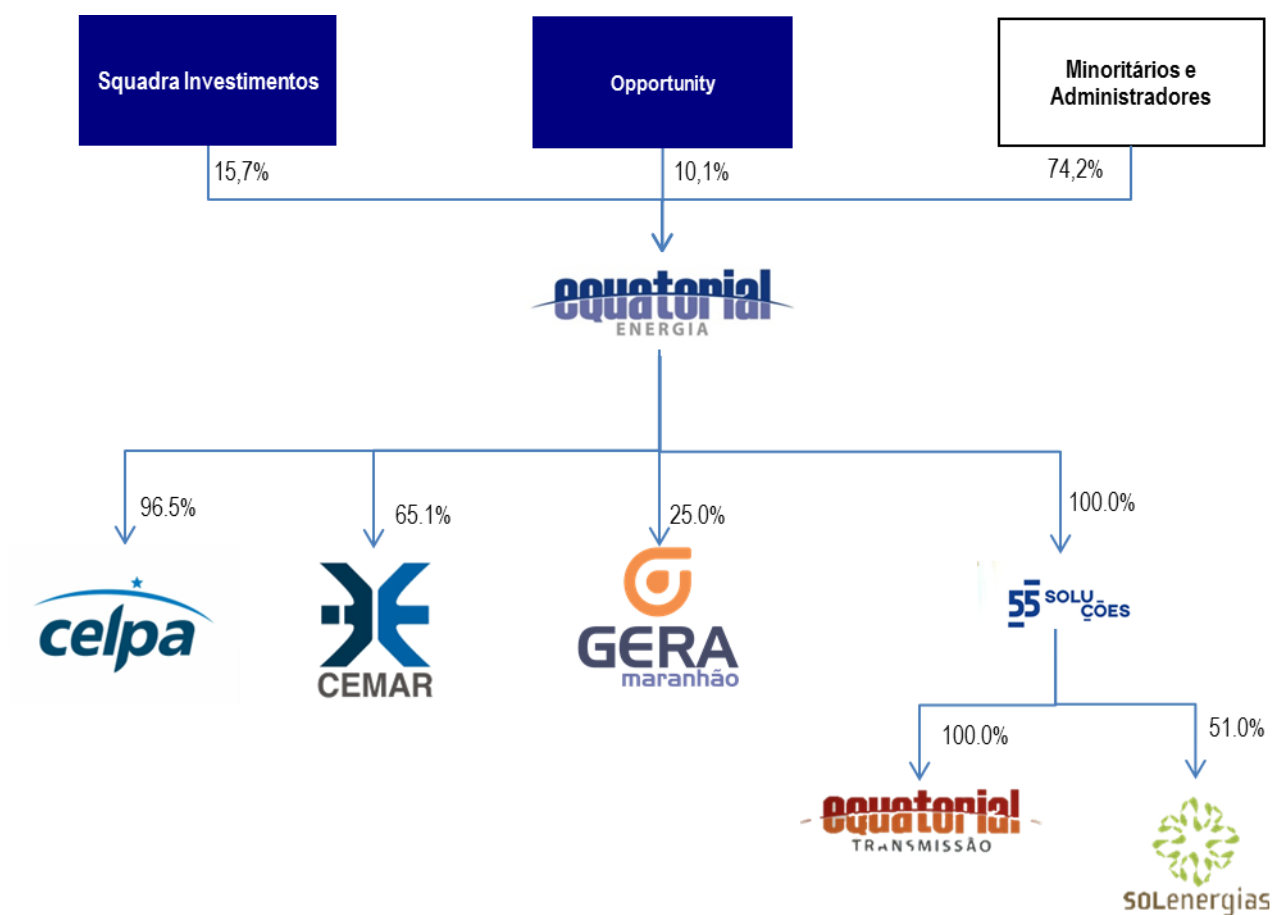
O ingresso da Companhia no segmento de transmissão foi uma oportunidade de diversificação de sua atuação no setor elétrico Nacional com rentabilidade adequada, risco controlado e previsibilidade de fluxo de caixa. Acreditamos que nossa capacidade de gestão aplicada no segmento de distribuição será de fundamental importância na execução das obras e posterior operação dos ativos.



3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

As informações constantes desta seção são pró-forma e refletem a composição acionária atual, conforme consta na data de divulgação destes Comentários de Desempenho.

Acionista	Ações	% participação
Squadra investimentos	31.176.900	15,69%
Opportunity	20.135.788	10,13%
Administradores	667.994	0,34%
Demais minoritários	146.695.285	73,84%
Total	198.675.967	100,0%



Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



4. DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações operacionais constantes desta seção são pró-forma e refletem 100% das operações da CEMAR e 100% das operações da CELPA.

4.1 DESEMPENHO OPERACIONAL

VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

CEMAR

No 3T16, o consumo de energia dos mercados cativo e livre cresceu 2,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.563 GWh. O crescimento observado no trimestre pode ser explicado principalmente pelo crescimento da base de clientes, que se expandiu 4,6% e pelo aumento acentuado do segmento Residencial 7,1%. A classe Industrial reduziu o consumo em 19,5%, esse comportamento está fortemente impactado pelo efeito da desativação em agosto/2015 de uma mineradora que até então era o nosso 4º maior consumidor e migração de consumidores do mercado cativo para o mercado livre. A classe comercial, que historicamente acompanhava o crescimento da classe residencial, nos últimos trimestres vem apresentando comportamento atípico, parcialmente explicado pela recessão econômica, e pela migração de clientes para o mercado livre.

CELPA

No 3T16, a venda de energia para os mercados cativo e livre aumentou 6,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 2.316 GWh. Este crescimento decorre do aumento expressivo no consumo da classe residencial de 10,5% devido às elevadas temperaturas registradas no período e menor precipitação, da implementação de ações de combate às perdas de energia. Já as reduções observadas nas classes industrial 34,5% e comercial 2,6% são consequências das migrações dos clientes para o mercado livre que apresentou no trimestre elevação de 169,3% (equivalente a 133 GWh a maior de volume de consumo) em relação ao mesmo período de 2015, além de manutenções e paradas de produção de alguns grandes clientes.

Classes de consumo (MWh)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
CEMAR							
Residencial	732.752	772.005	784.761	7,1%	2.131.496	2.303.548	8,1%
Industrial	112.395	87.626	90.440	-19,5%	314.183	265.926	-15,4%
Comercial	311.510	307.277	305.833	-1,8%	893.790	908.541	1,7%
Outros	334.819	333.027	344.916	3,0%	932.961	982.464	5,3%
Total (Cativo)	1.491.476	1.499.936	1.525.951	2,3%	4.272.431	4.460.479	4,4%
Industrial	23.755	23.463	28.979	22,0%	72.138	74.733	3,6%
Comercial	5.127	5.207	7.764	51,4%	15.487	17.982	16,1%
Outros	-	506	503	N/A	-	1.009	N/A
Consumidores livres	28.882	29.177	37.246	29,0%	87.625	93.725	7,0%
Total (Cativo + Livres) - CEMAR	1.520.358	1.529.112	1.563.196	2,8%	4.360.056	4.554.203	4,5%
CELPA							
Residencial	912.658	893.488	1.008.263	10,5%	2.472.045	2.736.427	10,7%
Industrial	342.180	209.784	224.289	-34,5%	977.378	696.728	-28,7%
Comercial	466.708	426.444	454.677	-2,6%	1.291.485	1.283.764	-0,6%
Outros	374.660	399.773	417.985	11,6%	1.043.606	1.169.351	12,0%
Total (Cativo)	2.096.206	1.929.489	2.105.214	0,4%	5.784.514	5.886.271	1,8%
Industrial	77.610	133.459	175.334	125,9%	246.572	444.598	80,3%
Comercial	-	25.118	34.759	N/A	-	73.977	N/A
Outros	733	791	894	22,0%	2.057	2.312	12,4%
Consumidores livres	78.342	159.367	210.987	169,3%	248.629	520.888	109,5%
Total (Cativo + Livres) - CELPA	2.174.548	2.088.856	2.316.200	6,5%	6.033.143	6.407.158	6,2%
Total (Cativo + Livres) - Equatorial	3.694.907	3.617.969	3.879.397	5,0%	10.393.198	10.961.362	5,5%

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



Número de consumidores	3T15	2T16	3T16	Var.
CEMAR				
Residencial - Convencional	1.199.896	1.265.558	1.285.748	7,2%
Residencial - Baixa Renda	790.070	804.467	801.007	1,4%
Industrial	8.580	8.551	8.443	-1,6%
Comercial	150.102	154.365	154.278	2,8%
Outros	89.067	90.544	90.558	1,7%
Total CEMAR	2.237.715	2.323.485	2.340.034	4,6%
CELPA				
Residencial - Convencional	1.399.562	1.488.133	1.525.475	9,0%
Residencial - Baixa Renda	559.347	545.401	536.906	-4,0%
Industrial	4.018	4.406	4.109	2,3%
Comercial	165.916	172.961	175.943	6,0%
Outros	146.317	158.228	162.244	10,9%
Total CELPA	2.275.160	2.369.129	2.404.677	5,7%
Total Equatorial	4.512.875	4.692.614	4.744.711	5,1%

O volume de energia injetada pelo sistema da CEMAR alcançou 1.935 GWh no 3T16, apresentando crescimento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 2,9% em relação ao 3T15.

Bal. Energético (MWh) - CEMAR	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Sistema Interligado	1.860.011	1.846.434	1.934.753	4,0%	5.287.412	5.549.163	5,0%
Energia Injetada	1.860.011	1.846.434	1.934.753	4,0%	5.287.412	5.549.163	5,0%
Energia Distribuída*	1.520.502	1.529.499	1.565.035	2,9%	4.360.454	4.556.785	4,5%
Perdas Totais	339.509	316.935	369.718	8,9%	926.958	992.379	7,1%

(*) Inclui mercados cativo e livre, consumo próprio e fornecimento a Estados vizinhos.

O volume de energia injetada pelo sistema da CELPA alcançou 3.120 GWh no 3T16, apresentando crescimento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o volume de energia distribuída no trimestre cresceu 6,5%, diminuindo o montante de energia das perdas comerciais em 10,6% em relação ao 3T15 e, 3,6% em relação aos 9 meses do ano 2015.

Bal. Energético (MWh) - CELPA	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Sistema Interligado	2.963.489	2.929.412	3.008.776	1,5%	8.460.649	8.738.750	3,3%
Sistema Isolado	109.497	107.084	110.839	1,2%	325.733	323.871	-0,6%
Energia Injetada	3.072.985	3.036.496	3.119.615	1,5%	8.786.382	9.062.621	3,1%
Energia Distribuída*	2.174.548	2.088.856	2.316.200	6,5%	6.033.143	6.407.158	6,2%
Perdas Totais	898.437	947.640	803.414	-10,6%	2.753.240	2.655.462	-3,6%

(*) Inclui mercados cativo e livre, consumo próprio.

Comentários de 3T16 desempenho Comentário do Desempenho

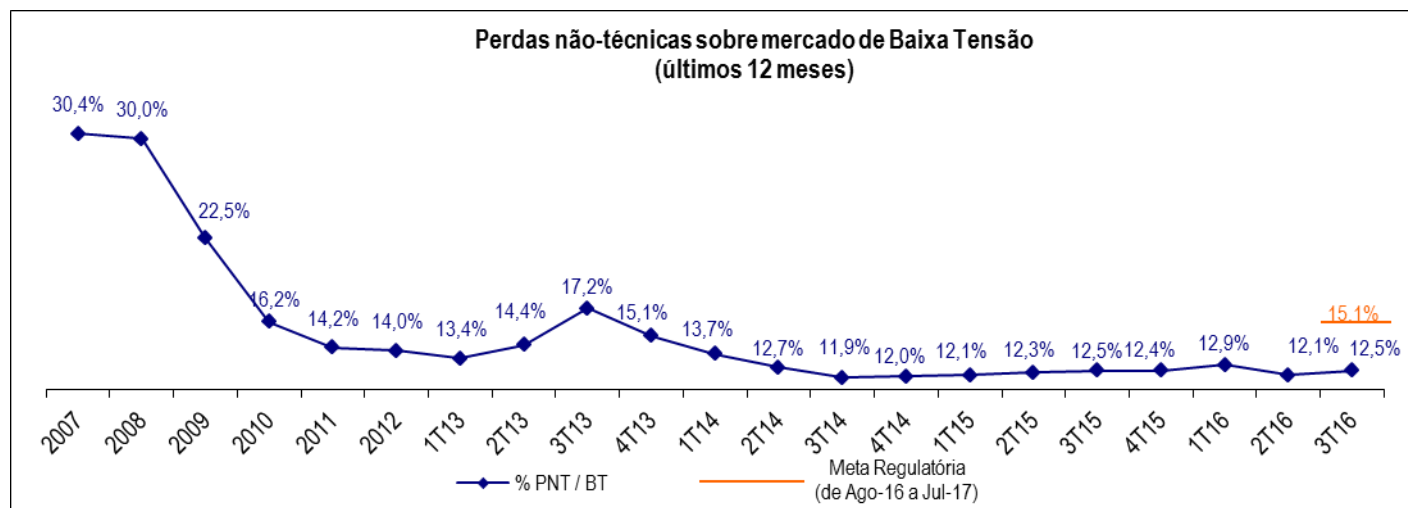
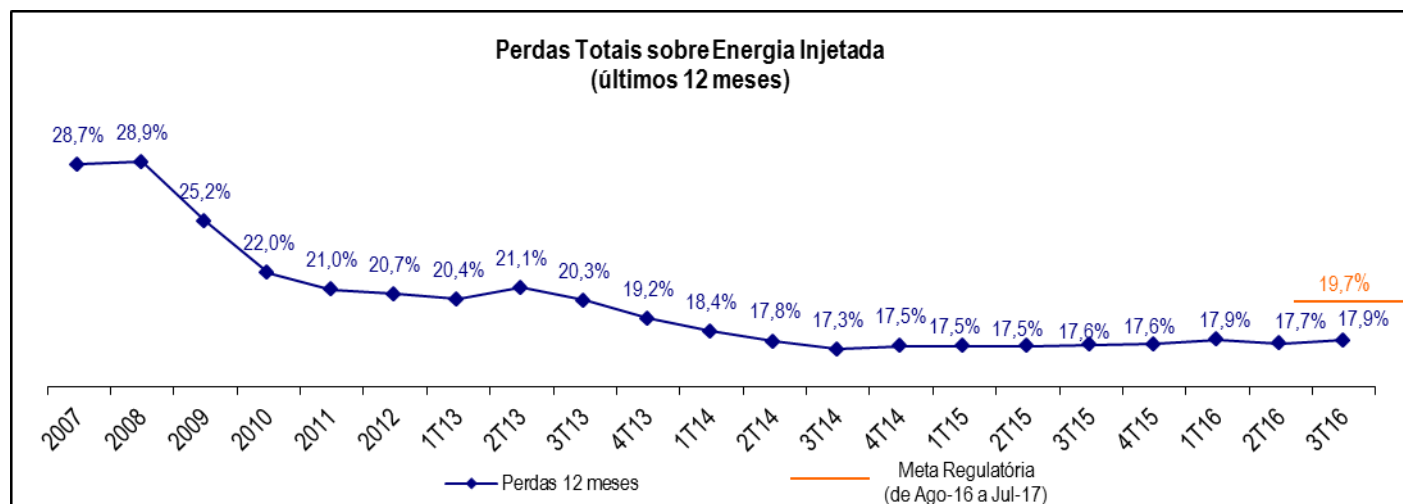


PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

CEMAR

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 3T16 representaram 17,9% da energia injetada, aumento de 0,2 p.p. em relação ao último trimestre, enquanto as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão encerraram o período em 12,5%. Ressaltamos que o cálculo das perdas não-técnicas é feito utilizando o percentual regulatório de 9,9% de perdas técnicas sobre energia injetada.

Apesar da maior resistência às ações de combate às perdas em vista do atual momento econômico e da complexidade da área de concessão, temos obtido sucesso em manter as perdas não técnicas em um patamar relativamente baixo e sem grande volatilidade.



Comentários de desempenho

3T16

Comentário do Desempenho



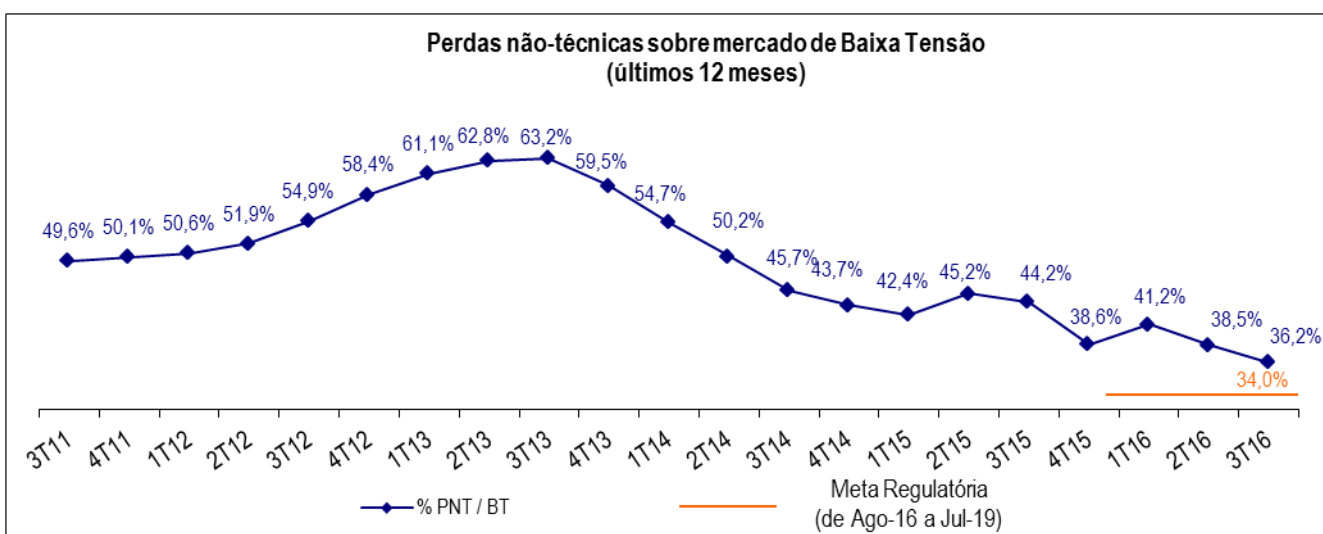
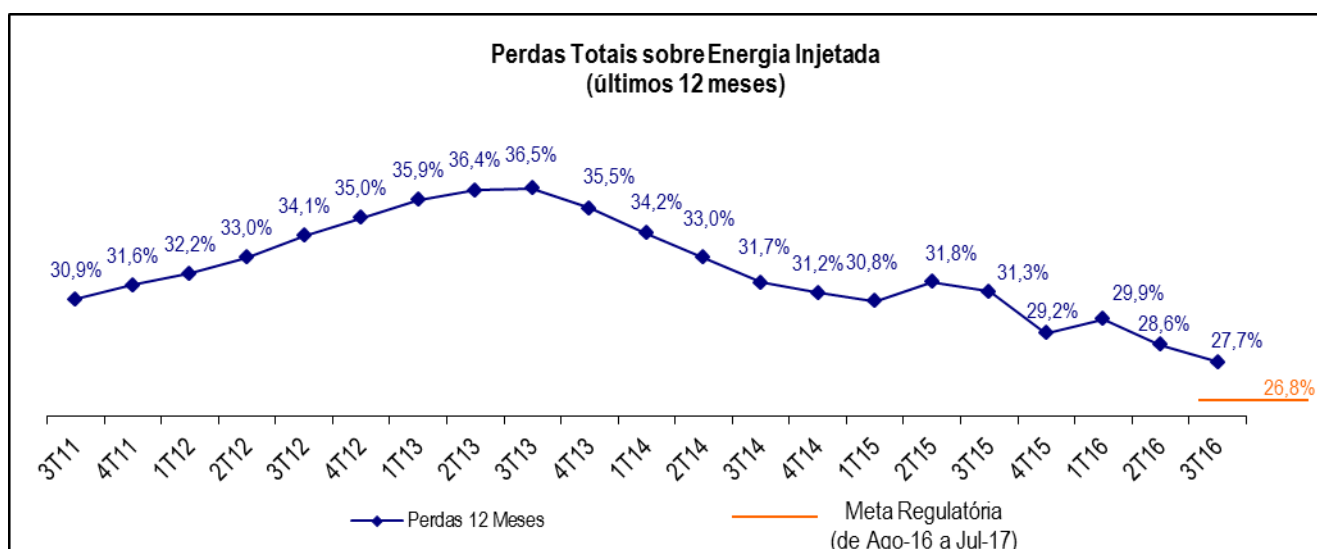
CELPA

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 3T16 representaram 27,7% da energia injetada, ficando a 0,9 pontos percentuais da meta regulatória, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão atingiram 36,2%, diminuição de 2,3 p.p. em relação ao fechamento do trimestre anterior.

Para efeito do cálculo do percentual de perdas não técnicas, o percentual de perdas técnicas deduzido do total de perdas é aquele aprovado pela ANEEL na última Revisão Tarifária da Companhia, de 10,15%.

Com a queda no consumo do mercado de alta tensão e crescimento do mercado de baixa tensão, houve uma mudança na proporção destes mercados no cálculo do reajuste tarifário da CELPA de agosto/16. Apesar de não ter havido qualquer alteração no patamar regulatório de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão, que permanece em 34,0%, o patamar regulatório de perdas totais sobre energia requerida aumenta para 26,8% (de 26,0%) para o período tarifário de ago/16 a jul/17.

A conjugação de redução nas perdas totais da Companhia com o aumento no nível regulatório de perdas totais faz com que a Celpa esteja 0,9 p.p. acima do patamar regulatório de perdas totais.



Comentário do Desempenho



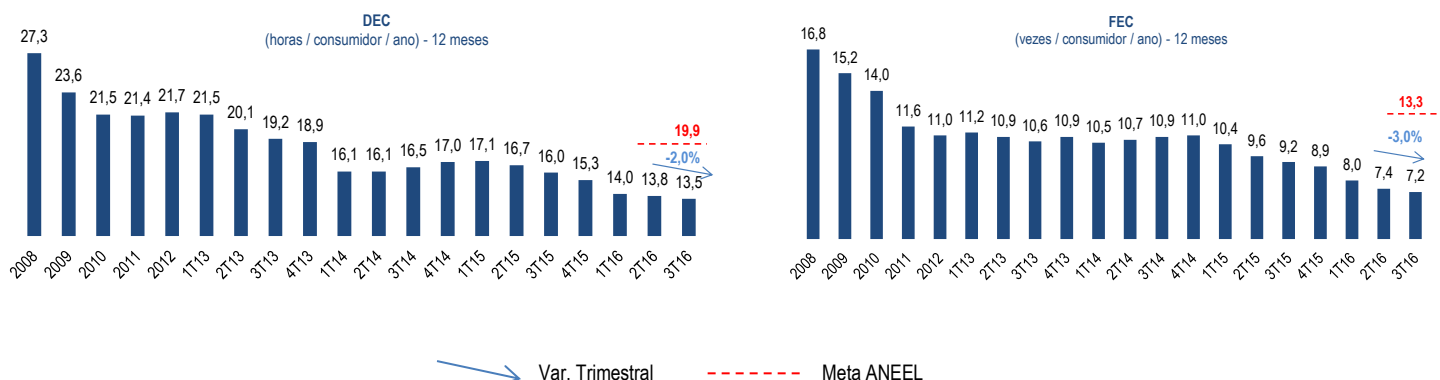
INDICADORES DE QUALIDADE – DEC e FEC

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

CEMAR

Ao final do 3T16, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 13,5 horas, que comparado às 13,8 horas do final do 2T16 representou uma redução de 2,0%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 3T16 foi de 7,2 vezes, redução de 3,0% em relação ao fechamento do último trimestre. Como é possível observar nos gráficos abaixo, ambos os indicadores encontram-se substancialmente abaixo da meta determinada pela ANEEL.

Em 2015, a Cemar foi a primeira colocada no ranking de qualidade das distribuidoras de energia com mercado anual superior a 1 TWh, conforme apurado pela ANEEL.

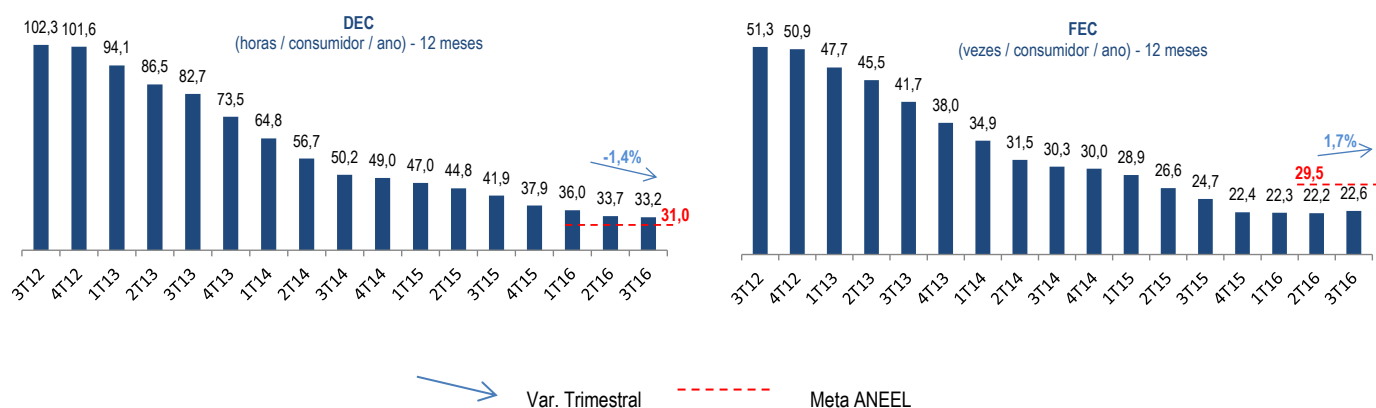


CELPA

Ao final do 3T16, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 33,2 horas, que comparado às 33,7 horas do final do 2T16, representou redução de 1,4%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do trimestre, foi de 22,6 vezes, representando aumento de 1,7% em relação ao índice do fechamento do 2T16. Atualmente, apenas o FEC encontra-se em nível inferior à meta determinada pela ANEEL na última Revisão Tarifária da Companhia.

Neste trimestre, estes indicadores foram impactados pelo aumento dos mesmos na supridora, cujo DEC aumentou de 0,88h ao final do 4T15 para 2,53h ao final do 3T16, enquanto o FEC da supridora aumentou de 1,39x ao final do 4T15 para 2,30x no 3T16.

Os indicadores do 2T16 foram revisados, expurgando uma ocorrência de um desligamento programado da obra de uma usina hidrelétrica, reduzindo o DEC/FEC deste período.



Comentário do Desempenho



CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

CEMAR

Custo Médio de Aquisição de Energia*	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	176	213	244	38,3%	560	676	20,7%
MWh Contratado	904.281	1.218.367	1.311.215	45,0%	2.584.917	3.696.789	43,0%
Compra de Energia (venda) - Spot (R\$MM)	94	(6)	(18)	-119,3%	371	(28)	-107,6%
MWh - Spot	204.079	(75.287)	(146.224)	-171,7%	679.557	(293.062)	-143,1%
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	26	43	50	94,3%	70	136	95,1%
MWh - Cotas	766.616	720.544	776.553	1,3%	2.026.553	2.184.872	7,8%
Custo médio de compra de energia (R\$ / MWh)	157,8	134,2	142,2	-9,9%	189,1	140,3	-25,8%

* Líquida de PIS/COFINS

CELPA

Custo Médio de Aquisição de Energia*	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	354	372	407	15,1%	1.135	1.169	3,0%
MWh Contratado	1.791.926	2.053.225	2.157.193	20,4%	5.238.770	6.249.399	19,3%
Contratos CELPA (MWh)	2016	2017	2018	2019	2020		
Fonte Hídrica	3.051.432	2.039.581	(199.055)	75.826	285.101	2.498.383	84,0%
Fonte Térmica	1.673.049	1.801.310	569.349	66	2.362.048	2.237.425	(61)
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	2.982.023	2.523.857	943.523	35.570	990.077	2.314.357	(698.905)
MWh - Cotas	2.982.023	2.523.857	943.523	35.570	990.077	2.314.357	(698.905)
Custo médio de compra de energia (R\$ / MWh)	106,577	427,474	147,228	152,8	952,638	1210,655	-27,3%
Total de PIS/COFINS	8.073.082	7.559.534	8.136.874	8.249.087	7.724.924		

ENERGIA
CONTRATA
DA

Contratos CELPA (MWh)	2016	2017	2018	2019	2020
Fonte Hídrica	5.097.022	4.992.940	5.441.779	5.141.538	4.237.349
Fonte Térmica	2.166.246	2.229.756	2.450.556	3.308.438	3.042.050
Cotas de Garantia Física	3.871.183	3.207.592	3.207.592	3.207.592	3.216.380
Outras Fontes	1.260.563	1.063.078	1.737.786	2.379.208	2.385.727
TOTAL - MWh	12.395.014	11.493.368	12.837.713	14.036.776	12.881.506

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações constantes desta seção refletem: i) 100% das operações da CEMAR, excluindo 34,89% dos minoritários antes do Lucro Líquido, resultando na participação de 65,11%, ii) 100,0% das operações da CELPA, excluindo 3,50% dos minoritários antes do Lucro Líquido, resultando na participação de 96,50% e iii) 100% das operações da 55 Soluções.

Destacamos que, em conformidade com as regras contábeis brasileiras, os resultados referentes à participação de 25% na Geramar são consolidados na Equatorial apenas a partir da linha de Equivalência Patrimonial.

5.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

DRE (R\$ MM)	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	2.677	2.498	2.817	5,2%	7.343	7.807	6,3%
Receita operacional líquida (ROL)	1.862	1.732	2.023	8,6%	5.259	5.488	4,4%
Custo de energia elétrica	(1.234)	(1.126)	(1.264)	2,5%	(3.645)	(3.594)	-1,4%
Custo e despesas operacionais	(263)	(273)	(337)	28,2%	(771)	(885)	14,7%
EBITDA	365	334	421	15,3%	843	1.010	19,8%
Outras receitas/despesas operacionais	(40)	(14)	(17)	-57,2%	(113)	(41)	-63,8%
Depreciação	(81)	(79)	(88)	9,2%	(192)	(255)	32,8%
Resultado do serviço (EBIT)	244	241	316	29,2%	538	714	32,7%
Resultado financeiro	(74)	30	(39)	-47,8%	467	52	-88,9%
Amortização de ágio	(2)	(2)	(2)	-5,0%	(5)	(5)	-5,0%
Lucro antes da tributação (EBT)	174	276	283	62,4%	1.025	781	-23,7%
IR/CSLL	(59)	(54)	(44)	-26,0%	(250)	(151)	-39,5%
Participações minoritárias	(34)	(43)	(50)	46,2%	(109)	(124)	13,7%
Lucro líquido (LL)	80	179	189	134,7%	666	506	-24,0%

EBITDA CONSOLIDADO EQUATORIAL

Além dos ajustes específicos de Cemar e Celpa (vide seção de EBITDA de cada uma das distribuidoras nestes Comentários de Desempenho), no caso da Equatorial holding, ajustamos também as despesas relacionadas ao Programa de Opção de Compra de Ações, no valor de R\$2 milhões neste trimestre, pois são despesas meramente contábeis, não havendo qualquer impacto de caixa.

Com estes ajustes, o EBITDA ajustado da Equatorial atingiu R\$ 428 milhões no 3T16, crescimento de 29,4% em relação ao 3T15.

DRE (R\$ MM)	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
EBITDA CEMAR	174	162	190	9,4%	432	470	8,9%
EBITDA CELPA	200	176	231	15,7%	431	504	16,7%
Diferença PPA CELPA na Consolidação	-	-	-	N/A	-	50	N/A
EBITDA Holding + outros	(9)	(4)	(1)	-93,0%	(20)	(13)	-33,6%
EBITDA Equatorial	365	334	421	15,3%	843	1.010	19,8%
Ajustes CEMAR	(4)	(12)	(5)	N/A	24	1	-95,8%
Ajustes CELPA	(32)	(4)	10	-131,8%	(76)	15	-120,4%
Ajuste PPA Celpa	-	-	-	N/A	-	(50)	N/A
Ajustes Stock options (EQTL)	2	3	2	-8,3%	20	8	-58,8%
EBITDA Equatorial ajustado	331	321	428	29,4%	811	985	21,5%

Comentários de 3T16 desempenho Comentário do Desempenho



LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO EQUATORIAL

Para o cálculo do Lucro Líquido consolidado de Equatorial, além dos ajustes de EBITDA e Lucro Líquido (vide seção de Lucro Líquido de cada uma das distribuidoras nestes Comentários de Desempenho), também é feito o ajuste proporcionalmente à participação da Equatorial em cada um das companhias (65,11% na Cemar e 96,5% na Celpa).

Com estes ajustes, chegamos a R\$ 216 milhões de lucro ajustado no trimestre, aumento de 177,3% em relação ao valor apresentado no 3T15.

DRE (R\$ MM)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Lucro líquido CEMAR	64	72	82	27,9%	157	204	30,4%
Lucro líquido CELPA*	2	93	90	5035,2%	472	265	-43,7%
Lucro líquido Holding + Outros	14	13	16	11,6%	38	37	-2,2%
Lucro líquido Equatorial	80	179	189	134,7%	666	506	-24,0%
Ajustes CEMAR	0	(6)	(6)	-2101,9%	16	(3)	-116,1%
Ajustes CELPA	(4)	6	32	-862,6%	(419)	9	-102,2%
Ajustes Stock options (EQTL)	2	2	1	-8,3%	13	5	-58,8%
Lucro líquido Equatorial ajustado	78	180	216	177,3%	276	518	87,4%

*A DRE da CELPA utilizado na consolidação da Equatorial no 1T16 é diferente do individual por força do IFRS

Comentário do Desempenho



5.2 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CEMAR

As informações econômico-financeiras constantes desta seção refletem 100% das operações da CEMAR.

DRE CEMAR (R\$ MM)	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	950	962	1.058	11,3%	2.666	3.006	12,8%
Receita operacional líquida (ROL)	677	700	802	18,4%	1.962	2.211	12,7%
Custo de energia elétrica	(404)	(421)	(489)	21,2%	(1.234)	(1.393)	12,8%
Custo e despesas operacionais	(100)	(117)	(123)	23,1%	(296)	(349)	17,9%
EBITDA	174	162	190	9,4%	432	470	8,8%
Outras receitas/despesas operacionais	(11)	(4)	(11)	0,7%	(19)	(22)	16,7%
Depreciação	(32)	(35)	(37)	14,8%	(94)	(105)	11,8%
Resultado do serviço (EBIT)	131	124	143	8,8%	319	343	7,4%
Resultado financeiro	(6)	15	10	-270,3%	(25)	45	-283,2%
Lucro antes da tributação (EBT)	125	139	153	22,4%	294	388	31,8%
IR/C/SLL	(26)	(28)	(27)	2,1%	(54)	(74)	37,9%
Lucro Líquido	99	111	126	27,9%	240	313	30,4%

5.2.1 - RECEITA OPERACIONAL

No 3T16, a Receita Operacional Bruta aumentou em 11,3%, influenciada principalmente por: i) o reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2015, onde o efeito médio percebido pelo consumidor foi de 8,64%; ii) reajuste tarifário de agosto de 2016, onde o impacto médio ao consumidor foi de 8,24%, e; iii) crescimento de 2,8% no volume de energia vendida no trimestre. Já a Receita Líquida atingiu R\$ 802 milhões (R\$ 636 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), aumento de 18,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Análise da Receita - Cemar	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.520.358	1.529.112	1.563.196	2,8%	4.360.056	4.554.203	4,5%
Nº de Clientes**	2.237.715	2.323.485	2.340.034	4,6%	2.237.715	2.340.034	4,6%
KWh por Cliente (no período)	679	658	668	-1,7%	1.948	1.946	-0,1%
Vendas as classes (R\$ MM)	740	756	788	6,6%	2.026	2.258	11,4%
Residencial	379	405	419	10,5%	1.045	1.195	14,4%
Industrial	50	40	46	-8,2%	138	130	-5,2%
Comercial	173	173	179	3,2%	478	518	8,3%
Outras classes	137	138	144	5,3%	365	414	13,4%
(-)Ultrapassagem de demanda / reativo excedente (R\$ MM)	-	-	(1)	N/A	-	(1)	N/A
Suprimento (R\$ MM)	2	15	15	569,4%	8	47	498,1%
Outras Receitas (R\$ MM)	66	72	69	4,3%	190	203	6,8%
Subvenção Baixa Renda	41	45	45	10,6%	132	135	2,0%
Subvenção irrigantes	12	13	14	20,2%	33	40	21,3%
Uso da Rede	2	2	2	17,2%	4	4	-3,9%
Outras Receitas Operacionais	12	12	7	-35,9%	21	24	16,1%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros (R\$ MM)	43	(23)	21	-51,1%	180	38	-79,0%
Receita de Construção (R\$ MM)	99	142	166	66,7%	262	462	76,5%
Receita Operacional Bruta (R\$ MM)	950	962	1.058	11,3%	2.666	3.006	12,8%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(273)	(262)	(256)	6,4%	(704)	(794)	-12,9%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	677	700	802	18,4%	1.962	2.211	12,7%
Receita Operacional Líquida Sem Receita de Construção (R\$ MM)	578	558	636	10,1%	1.700	1.750	2,9%

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



5.2.2 - CUSTOS E DESPESAS

No 3T16, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$ 623 milhões (R\$ 457 milhões, desconsiderando os Custos de Construção), equivalentes a 77,6% da receita líquida, um aumento de 1,7 p.p. em relação ao percentual verificado no 3T15.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

No 3T16, o total de PMSO (Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros), atingiu R\$ 101 milhões, aumento de 8,9%.

Neste trimestre, as despesas com pessoal totalizaram R\$26 milhões, 0,1% a menor do que os R\$ 26 milhões observados no 3T15. As despesas com materiais totalizaram R\$1 milhões no 3T16, 81,2% abaixo do apresentado no 3T15.

Os gastos com serviços de terceiros no 3T16 foram 19,0% maiores em relação aos valores verificados no 3T15, encerrando o trimestre em R\$ 67 milhões. As principais contas que influenciaram tal crescimento são: (i) intensificação das ações de cobrança, como serviços de corte e religação que apresentaram aumento de R\$ 3,1 milhões no período ; (ii) intensificação das ações de combate a inadimplência em R\$ 2,9 milhões no período, e; (iii) fim da contabilização de crédito fiscal de PIS/COFINS sobre serviços terceirizados, que foi transferido para a linha de Deduções da Receita, com impacto neutro no EBITDA, porém de R\$1,9 milhões no PMSO deste trimestre (sendo R\$5,8 milhões no acumulado).

No 3T16, o nível de PDD e Perdas registrado foi de R\$ 19 milhões, ou 2,1% da Receita Operacional Bruta (ROB), patamar 1,7 p.p. superior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior, consequência do atual momento macroeconômico enfrentado pelo país.

A partir do 1T16, foi feita a transferência de Outras Despesas Não Gerenciáveis (taxa de fiscalização ANEEL) para Deduções da Receita, com impacto de R\$1,1 milhões no trimestre (sendo R\$3,1 milhões no acumulado), e a partir do 3T16 foram transferidas as despesas de multa de contingência da linha de Provisões de Contingência para a linha de Outros do PMSO, com impacto neutro nos Custos e Despesas Gerenciáveis.

R\$ MM	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Pessoal	26	28	26	-0,1%	77	84	9,3%
<i>Participação nos Resultados</i>	8	8	8	1,3%	21	23	7,7%
Material	4	2	1	-81,2%	9	4	-54,8%
Serviço de Terceiros	56	59	67	19,0%	164	183	11,3%
Outros	6	5	7	13,4%	22	20	-8,8%
<i>Compensações de indicadores de qualidade</i>	2	2	2	7,8%	9	8	-7,7%
PMSO	92	94	101	8,9%	272	290	6,9%
PDD e Perdas	4	17	19	419,9%	12	45	264,1%
<i>% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)</i>	<i>0,4%</i>	<i>2,0%</i>	<i>2,1%</i>	<i>1,7 p.p.</i>	<i>0,5%</i>	<i>1,8%</i>	<i>1,2 p.p.</i>
Provisões para Contingências	4	6	3	-11,5%	12	13	10,4%
Provisões	8	22	22	196,1%	24	59	140,7%
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	11	4	11	0,7%	19	22	16,7%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	111	120	134	20,9%	314	370	17,8%
Energia Comprada e Transporte	280	264	303	8,0%	912	864	-5,2%
Encargos Uso Rede e Conexão	23	15	21	-9,7%	58	67	15,8%
Custo de Construção	99	142	166	66,7%	262	462	76,5%
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	1	-	-	100,0%	3	-	100,0%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	404	421	489	21,2%	1.234	1.393	12,8%
TOTAL	514	541	623	21,1%	1.549	1.763	13,8%

Comentários de 3T16 desempenho Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho



5.2.3 – EBITDA

No 3T16, o EBITDA atingiu R\$190 milhões, valor já impactado pela contabilização de ativos e passivos regulatórios líquidos e pela mudança do reconhecimento das despesas com compensações pagas aos consumidores por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade.

Como impactos neste trimestre, destacamos: (i) R\$3 milhões de efeito de reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2016, onde os componentes financeiros reconhecidos foram ligeiramente inferiores aos valores que estavam contabilizados; (ii) neste trimestre observamos reversão de despesas R\$3 milhões referentes à sobrecontratação de energia acima de 105%, percentual limite de repasse para a tarifa.

EBITDA (R\$ milhões)	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Resultado do Serviço	131	124	143	9%	319	343	7%
Depreciação e Amortização	32	35	37	15%	94	105	12%
EBITDA Societário (CVM)*	163	159	179	10%	413	448	8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	11	4	11	1%	19	22	17%
EBITDA Societário	174	162	190	9%	432	470	9%
Ajuste de contabilização da bandeira tarifária	-	(10)	(0)	N/A	-	1	N/A
Sobrecontratação (acima de 105%)	-	(0)	(3)	N/A	-	1	N/A
Descasamento PIS/COFINS	(9)	(0)	1	-116%	14	3	-79%
Ajuste compra de energia 2015	-	(1)	-	N/A	-	(1)	N/A
CVA eletronuclear	(1)	-	-	100%	5	-	-100%
Efeito reajuste tarifário	6	-	(3)	158%	6	(3)	-158%
EBITDA Societário ajustado	169	151	185	9,3%	456	471	3,3%

*Calculado em conformidade com a instrução CVM 527/12

5.2.4 – RESULTADO FINANCEIRO

No 3T16, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 10 milhões, versus R\$ 6 milhões negativo no 3T15. A melhoria do resultado financeiro deve-se ao maior volume de caixa aplicado neste trimestre e uma pequena desvalorização do Real frente ao Dólar contra o mesmo trimestre do período anterior. No acumulado dos 9 meses temos o resultado positivo em R\$45 milhões, versus R\$25 milhões negativos em 2015. Em razão da valorização do Real no ano, houve um impacto contábil bruto de R\$54 milhões de variação cambial positiva (ganho) sobre o endividamento da Companhia. Como contrapartida, foram reconhecidos R\$ 65 milhões em Despesa com Operações de swap, em 2015 houve uma receita de swap, pela alta do Dólar. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados, como houve no período.

R\$ MM	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Rendas financeiras	43	42	42	-0,9%	107	128	19,9%
Acréscimo moratório de venda de energia	20	17	15	-26,2%	60	51	-14,4%
Atualização do VNR do ativo financeiro	12	25	12	0,6%	12	60	413,0%
Operações de Swap	51	(34)	(0)	100,9%	81	(65)	180,1%
Variação Cambial sobre Dívida	(75)	29	(1)	99,1%	(120)	54	-145,4%
Encargos e Var. Monetária dívidas	(57)	(58)	(54)	5,2%	(160)	(170)	-6,4%
Outras receitas	9	4	4	-55,7%	26	12	-53,1%
Outras despesas	(8)	(10)	(7)	13,5%	(30)	(25)	16,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(6)	15	10	-270%	(25)	45	-283%

5.2.5. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, válida até 2021; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que, com exceção do item iii, todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

Composição da Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

IRPJ/CSLL (R\$MM)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
LAIR(1)	125	139	153	22,4%	294	388	31,8%
Despesa IRPJ/CSLL	(26)	(28)	(27)	2,1%	(54)	(74)	37,9%
(-) Ativo fiscal diferido	20	14	12	-40,2%	37	38	4,2%
= Imposto calculado	(6)	(14)	(15)	145,5%	(17)	(36)	106,4%
(+) Créditos fiscais	-	-	9	N/A	8	9	N/A
= Imposto caixa (2)	(6)	(14)	(6)	-3,0%	(9)	(27)	189,4%
Taxa efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	4,8%	10,1%	3,8%	-1,0 p.p.	3,2%	7,0%	3,8 p.p.

No 3T16, as despesas de IRPJ e CSLL foram de R\$ 27 milhões e, considerando a utilização dos incentivos fiscais, tivemos uma saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos de R\$ 6 milhões.

5.2.6. LUCRO LÍQUIDO

No 3T16, a CEMAR apresentou lucro líquido ajustado de R\$117 milhões, versus lucro líquido de R\$99 milhões no 3T15, melhora de 18,1%. Neste trimestre, mantivemos os mesmos ajustes presentes no EBITDA, líquidos de seus efeitos tributários, e ajustamos o impacto da mudança do índice de inflação utilizado na atualização do VNR (Valor Novo de Reposição do Ativo Financeiro) no resultado líquido.

LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
LUCRO LÍQUIDO	99	111	126	27,9%	240	313	30,4%
Impactos líquidos EBITDA	(4)	(10)	(4)	12%	20	1	-95,8%
Baixa de ativos	4	-	-	-100%	4	-	-100,0%
Atualização do Ativo Financeiro	-	-	(5)	N/A	-	(5)	N/A
LUCRO LÍQUIDO Ajustado	99	101	117	18,1%	265	309	16,7%

Comentário do Desempenho



5.3 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CELPA

DRE (R\$ MM)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	1.677	1.501	1.688	0,7%	4.506	4.632	2,8%
Receita operacional líquida (ROL)	1.140	1.002	1.158	1,6%	3.145	3.129	-0,5%
Custo de energia elétrica	(786)	(686)	(743)	-5,5%	(2.281)	(2.112)	-7,4%
Custo e despesas operacionais	(154)	(140)	(184)	19,7%	(433)	(513)	18,5%
EBITDA	200	176	231	15,7%	431	504	16,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(30)	(10)	(6)	-81,0%	(95)	(19)	-79,6%
Depreciação	(48)	(45)	(51)	5,5%	(97)	(149)	53,7%
Resultado do serviço (EBIT)	122	121	175	43,2%	240	336	39,9%
Resultado financeiro	(91)	(5)	(70)	-22,7%	424	(53)	-112,4%
Lucro antes da tributação (EBT)	31	116	104	238,3%	664	283	-57,4%
IR/CSLL	(29)	(19)	(10)	-64,0%	(175)	(50)	-71,6%
Lucro líquido (LL)	2	96	94	5035,2%	489	233	-52,3%

5.3.1. Receita Operacional

No 3T16, a Receita Operacional Bruta cresceu 0,7%, influenciada principalmente por: (i) Revisão Tarifária de agosto de 2015, cujo impacto médio ao consumidor foi de 7,47%; (ii) reajuste tarifário de agosto de 2016, onde o impacto médio percebido pelo consumidor foi de 7,55%; e (iii) crescimento do volume de energia vendido de 6,5%. Já a Receita Líquida atingiu R\$ 1.158 milhões (R\$945 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), aumento de 1,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

ANÁLISE DA RECEITA	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	2.174.548	2.088.856	2.316.200	6,5%	6.033.143	6.407.158	6,2%
No. de Clientes**	2.275.160	2.369.129	2.404.677	5,7%	2.275.160	2.404.677	5,7%
KWh por Cliente (no período)	956	882	963	0,8%	2.652	2.664	0,5%
Vendas as classes (R\$ MM)	1.260	1.231	1.359	7,9%	3.482	3.747	7,6%
Residencial	587	601	686	16,8%	1.590	1.836	15,5%
Industrial	169	132	138	-18,4%	484	420	-13,3%
Comercial	317	304	322	1,3%	890	909	2,2%
Outras classes	186	193	214	14,5%	519	582	12,3%
(-)Ultrapassagem de demanda / reativo excedente (R\$ MM)	(9)	(11)	(10)	-10,7%	(26)	(30)	-16,2%
Suprimento (R\$ MM)	150	49	47	-68,4%	160	134	-16,3%
Outras Receitas (R\$ MM)	70	65	80	13,8%	196	219	11,5%
Subvenção Baixa Renda	56	58	61	8,7%	154	179	15,7%
Uso da Rede	6	-	6	-4,5%	19	12	-39,3%
Outras Receitas Operacionais	8	7	13	65,0%	23	29	24,8%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros (R\$ MM)	53	(40)	(2)	103,8%	217	(2)	100,8%
Receita de Construção (R\$ MM)	152	207	214	40,6%	476	564	18,4%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(537)	(499)	(530)	1,3%	(1.361)	(1.503)	-10,5%
Receita Operacional Bruta (R\$ MM)	1.676	1.501	1.688	0,7%	4.506	4.632	2,8%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	1.140	1.002	1.158	1,6%	3.145	3.129	-0,5%
Receita Operacional Líquida Sem Receita de Construção (R\$ MM)	988	794	945	-4,4%	2.669	2.565	-3,9%

Comentário do Desempenho



5.3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 3T16, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação, amortização e os gastos com sistema isolado, foi de R\$900 milhões, 4,6% menor que o 3T15.

Desde 2015, as despesas com compensações por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade estão sendo reconhecidas dentro da rubrica Outros, quando anteriormente eram lançadas como Despesas Financeiras. No 3T16, as compensações por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade representaram R\$6 milhões.

Em despesas com Pessoal, devido ao Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) vigente no 4T15, que reduziu o quadro de colaboradores próprios desde o 1T16, foi possível a redução de R\$5 milhões em relação ao 3T15.

Em Serviço de Terceiros, observamos aumento de R\$26 milhões no 3T16, encerrando este trimestre com o valor de R\$80 milhões excluindo os valores de usina. As principais contas, além da inflação do período, que influenciaram tal crescimento são: (i) intensificação das ações de cobrança de consumidores inadimplentes, como serviços de corte e religação e combate à fraude que apresentaram aumento de R\$8 milhões no período (ii) fim da contabilização de crédito fiscal de PIS/COFINS sobre serviços terceirizados, que foi transferido para a linha de Deduções da Receita, com impacto neutro em EBITDA, porém de R\$5,2 milhões no PMSO deste trimestre.

Na PDD, foi constituída uma provisão líquida de R\$ 35 milhões neste trimestre, equivalente a 2,4% da Receita Operacional Bruta sem Receita de Construção.

A partir do 1T16, foi feita a transferência de Outras Despesas Não Gerenciáveis (taxa de fiscalização ANEEL) para Encargos do Consumidor.

R\$ MM	3T 15	2T 16	3T 16	Var.	9M15	9M16	Var.
Pessoal	32	35	27	-15,2%	105	97	-7,3%
Participação nos Resultados	5	4	4	-15,3%	16	13	-15,3%
Material	2	(0)	0	N/A	5	2	-63,3%
Serviço de Terceiros	54	65	80	48,7%	166	217	30,6%
Outros	13	7	4	-69,7%	15	8	-49,9%
Compensações de indicadores de qualidade	1	5	6	519,5%	38	3	-91,8%
PMSO	101	107	111	10,5%	291	323	11,2%
Pagamentos provisionados em duplicidades	-	7	-	N/A	-	-	N/A
Bônus de compensações indicadores de qualidades	-	-	-	N/A	-	12	N/A
PMSO Líquido	101	114	111	10,5%	291	335	15,3%
PDD e Perdas	29	23	35	19,5%	76	94	23,1%
% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)	1,8%	1,6%	2,1%	0,3 p.p.	1,7%	2,0%	0,3 p.p.
Provisões para Contingências	(2)	(6)	6	-326,0%	(3)	1	-151,9%
Provisões	27	17	41	51,3%	73	95	29,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	30	10	6	-81,0%	95	19	-79,6%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	157	134	157	0,3%	459	438	-4,6%
Energia Comprada e Transporte	603	452	492	-18,4%	1.717	1.434	-16,5%
Encargos Uso Rede e Conexão	31	27	37	19,9%	87	114	31,2%
Custo de Construção	152	207	214	40,6%	476	564	18,4%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	786	686	743	-5,5%	2.281	2.112	-7,4%
TOTAL	943	820	900	-4,6%	2.739	2.550	-6,9%

Comentário do Desempenho



SISTEMAS ISOLADOS

A partir do segundo trimestre de 2016 foi separado o PMSO do custo das usinas de geração dos sistemas isolados. Os sistemas isolados são regiões ou cidades que não estão conectadas ao SIN (Sistema Interligado Nacional) e, portanto, há usinas de geração térmica exclusivamente dedicadas ao abastecimento dessas regiões. O custo de operação do 3T16 foi de R\$ 32 milhões.

Na comparação da evolução deste custo, cabe destacar que houve redução da subvenção CCC devido a: (i) aumento no fator de corte sobre a subvenção, considerando o Despacho 3.552 de out/15; (ii) aumento do ACR médio de R\$ 192,7 para R\$ 295,1 conforme Despacho 3.491 de out/15, e; (iii) As interligações ao SIN, que também evitaram aumento dos custos com Matéria Prima.

GASTOS COM GERAÇÃO PRÓPRIA	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.	
Serviço de Terceiros	23	23	25	8,7%	70	73	3,7%	5.3.3 EBIT DA No 3T16
Outros	4	4	5	20,7%	10	13	28,8%	
Subvenção CCC	(72)	(75)	(70)	3,2%	(219)	(214)	2,1%	
Matéria prima p/ produção de energia elétrica	72	63	72	1,1%	208	224	7,6%	
TOTAL	26	16	32	22,2%	69	95	37,2%	

, o EBITDA apresentado foi de R\$ 231 milhões, valor que já é impactado pela contabilização de ativos e passivos regulatórios líquidos e pela mudança do reconhecimento das despesas com compensações pagas aos consumidores por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade, que foi transferido da Despesa Financeira para a rubrica Outros dentro do PMSO, acima da linha de EBITDA (a partir do 1T15).

Como impactos neste trimestre, destacamos: (i) redução de R\$ 2 milhões no custo de compra de energia em virtude da redução da sobrecontratação acima do percentual repassado de 105% da energia requerida regulatória; (ii) R\$17 milhões de regularização de CVAs correspondentes na compra de energia; (iii) R\$9 milhões na ROL de valores referentes ao faturamento do 2T16 e (iv) R\$31 milhões por descasamento de PIS/COFINS.

EBITDA (R\$ milhões)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Resultado do Serviço	122	121	175	43,2%	240	336	39,9%
Depreciação e Amortização	48	45	51	5,5%	97	149	53,7%
EBITDA Societário (CVM)*	170	166	226	32,5%	337	484	43,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	30	10	6	-81,0%	95	19	-79,6%
EBITDA Societário	200	176	231	15,7%	431	504	16,7%
Impactos na ROL	-	(3)	(9)	N/A	-	11	N/A
Sobrecontratação (acima de 105%)	-	(1)	(2)	N/A	-	6	N/A
Redução de compensações	-	-	-	N/A	(58)	(12)	-79%
Pagamentos provisionados em duplicidade	-	(7)	-	N/A	-	-	N/A
Ganhos contingenciais	-	(14)	-	N/A	-	(14)	N/A
Deslocamento PIS/COFINS	(13)	-	31	-341%	(13)	15	-218%
Efeito revisão tarifário	(16)	-	-	-137%	(16)	-	-100%
Reajuste tarifário	-	-	6	N/A	-	6	N/A
Despesas sem CVA correspondente	(7)	21	(17)	-143%	(1)	4	-458%
Diferença eletrônica	4	-	-	100%	12	-	-100%
EBITDA Societário ajustado	168	171	242	43,9%	355	519	45,9%

*Calculado em conformidade com a instrução CVM 527/12

5.3.4. RESULTADO FINANCEIRO

Comentário do Desempenho



No 3T16, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$71 milhões, ante um resultado negativo de R\$91 milhões no 3T15. Ressaltamos a variação negativa de R\$56 milhões de atualização e ajuste VNR (Valor Novo de Reposição) sobre o ativo financeiro da concessão, saindo de R\$26 milhões de receita no 3T15 para R\$30 milhões de despesa no 3T16 pela mudança do indexador de atualização de IGP-M para IPCA, além da adequação da contabilização da amortização das obrigações especiais.

Neste trimestre, em virtude de uma ligeira desvalorização do Real, houve o impacto contábil bruto de R\$ 9 milhões de variação cambial negativa (despesa) sobre o endividamento da Companhia, sendo R\$ 3 milhões relativos à dívidas sem hedge cujos prazos de vencimentos são bastante longos. Além disso, o resultado das Operações de swap gerou uma despesa de R\$ 9 milhões com a variação do CDI superior à variação do Dólar no trimestre. Destacamos que as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado (receita de R\$ 13 milhões neste trimestre) e a dívida contabilizada pela curva, gerando distorção no saldo da dívida em reais, líquido de swap. Assim, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados, como houve neste trimestre.

R\$ MM	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.	
Rendas Financeiras	16	14	23	49,5%	34	79	129,0%	5.3.5. IMPOS TO DE RENDA PESSO A JURÍDI CA E CONTR IBUIÇÃ O SOCIA L SOBRE LUCRO LÍQUID O
Acréscimos Moratórios de Energia Vendida	36	20	19	-46,3%	100	75	-25,2%	
Atualização do VNR do ativo financeiro	26	36	(30)	216,1%	208	46	-77,8%	
Operações de Swap	143	(100)	(9)	106,0%	193	(212)	209,6%	
Variação Cambial sobre Dívida	(189)	80	(6)	97,0%	(275)	144	-152,4%	
Variação Cambial sobre Dívida RJ	(61)	28	(3)	95,7%	(92)	50	-154,8%	
Encargos sobre Parcelamento Clientes	(3)	(1)	(0)	100,0%	(10)	(4)	55,9%	
Encargos CVA	9	(2)	1	-85,4%	43	0	-99,2%	
Juros e VM sobre Dívida	(13)	(27)	(33)	-156,9%	(38)	(84)	-123,8%	
Juros e VM sobre Dívida RJ	(29)	(30)	(27)	4,2%	(90)	(92)	-2,6%	
Juros, Multas e Var. Monetárias Ativas Impostos	(8)	4	(3)	60,6%	(26)	(13)	51,1%	Na CELP
AVP sobre Dívida RJ	(7)	(9)	(9)	-32,8%	394	(26)	106,6%	
Contingências	(4)	(10)	0	-101,0%	(13)	(12)	5,6%	
Outras Receitas	0	0	2	582,8%	9	13	50,7%	
Outras Despesas	(7)	(11)	3	-150,4%	(14)	(17)	-16,4%	
RESULTADO FINANCEIRO	(91)	(5)	(71)	22%	424	(53)	112%	

A, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente de modernização total, válida até 2022; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDAM, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que, com exceção do item iii, todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

Composição da Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

IRPJ/CSLL (R\$MM)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
LAIR(1)	31	116	104	238,3%	664	283	-57,4%
Despesa IRPJ/CSLL	(29)	(19)	(11)	-62,2%	(175)	(50)	-71,3%
(-) Ativo fiscal diferido	33	12	3	-92%	170	34	-80%
= Imposto calculado	4	(7)	(8)	-295%	(6)	(16)	183,1%
(+) Créditos fiscais	(4)	7	1	-114,6%	(4)	7	-263,9%
= Imposto caixa (2)	0	(0)	(8)	N/A	(10)	(9)	-6,8%
Taxa efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	0,0%	0,0%	-7,3%	-7,3 p.p.	1,5%	3,3%	1,8 p.p.

No 3T16, a despesa de IRPJ e CSLL foram de R\$ 11 milhões e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e a utilização de créditos fiscais, tivemos uma saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos de R\$ 8 milhões.

Comentários de 3T16 desempenho Comentário do Desempenho

5.3.6. RESULTADO LÍQUIDO

No 3T16, a CELPA apresentou lucro de R\$ 94 milhões, versus R\$ 2 milhões no mesmo trimestre do ano anterior.

Nesta seção, os ajustes já apresentados no EBITDA estão líquidos de seus efeitos tributários.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO (R\$ milhões)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	2	96	94	5035,2%	489	233	-52,3%
Ajuste de EBITDA (líquidos IR)	(23)	(2)	(4)	-84%	(58)	2	-104%
Provisão para Contingências (Financeiro)	-	8	-	N/A	-	8	N/A
Glosa de crédito de PIS/COFINS	-	-	-	N/A	-	4	N/A
Baixa de ativos	-	-	-	N/A	80	-	-100%
Depreciação e Amortização	19	-	-	-100%	(42)	-	-100%
Atualização Encargos CCC e CDE	-	-	-	N/A	(64)	-	-100%
IR Diferido	-	-	-	N/A	132	-	-100%
Atualização do Ativo Financeiro	-	-	37	N/A	(482)	37	-108%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO Ajustado	(3)	102	127	-5102,5%	55	284	415,6%

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



5.4 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – Geramar

As informações constantes desta seção representam 25,0% das operações da Geramar.

DRE (R\$MM)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	51	21	30	-41,9%	156	81	-47,6%
Receita operacional líquida (ROL)	46	19	27	-41,9%	141	74	-47,6%
Custo de energia elétrica	(34)	(5)	(13)	-60,6%	(93)	(33)	-64,2%
Custo e despesas operacionais	(4)	(4)	(4)	-5,9%	(13)	(11)	-10,6%
EBITDA	9	11	10	14,2%	36	29	-18,1%
Depreciação	(0)	(1)	(1)	105,6%	(0)	(1)	666,1%
Resultado do serviço (EBIT)	8	10	9	15,4%	33	28	-14,3%
Resultado financeiro	(1)	(1)	(1)	7,7%	(4)	(4)	8,9%
Resultado operacional	6	9	7	17,1%	29	24	-17,4%
IR/CSLL	(1)	(1)	(1)	17,1%	(4)	(4)	-17,4%
Lucro líquido (LL)	5	8	6	17,1%	24	20	-17,4%

5.4.1 - RECEITA OPERACIONAL

No 3T16, a ROL da Geramar atingiu R\$27 milhões, 41,9% inferior à ROL de 3T15. A queda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior é decorrente de um menor despacho das usinas neste último trimestre.

5.4.2 - CUSTOS E DESPESAS

O total gasto pelas usinas no 3T16 somou R\$ 18 milhões, queda decorrente de menor despacho das usinas neste último trimestre.

Custos e despesas operacionais	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
CUST + Custos de geração	34	5	13	-60,6%	93	33	-64,2%
PMSO	4	4	4	-5,9%	13	11	-10,6%
Depreciação	1	1	1	2,2%	3	1	-57,4%
Total	38	9	18	-53,5%	108	46	-57,7%

5.4.3 - EBITDA

O EBITDA da Geramar no 3T16 atingiu R\$ 10 milhões, valor considerado como recorrente para as usinas.

5.4.4 - RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo em R\$1 milhão em virtude dos juros dos empréstimos contratados para financiamento da construção das usinas.

5.4.5 - LUCRO LÍQUIDO

A Geramar registrou lucro líquido de R\$ 6 milhões neste trimestre, resultado considerado como recorrente.

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

6.1 – CEMAR

ATIVOS REGULATÓRIOS	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
Constituição CVAs	46.030	39.180	53.078	57.237	29.272
CDE	19.809	31.677	30.439	26.626	7.181
Proinfa	-	-	3.422	6.964	-
ESS	18.614	-	8.224	443	601
Rede Básica	4	-	1.545	1.461	1.549
Compra	7.603	7.503	9.448	21.743	19.941
Amortização CVAs	262.866	199.505	118.463	36.892	78.303
CDE	34.987	26.052	15.776	4.905	11.964
Proinfa	272	196	124	41	7.913
ESS	-	1.152	-	-	8.960
Rede Básica	6.157	4.731	2.778	866	1.357
Compra	221.450	167.374	99.785	31.080	48.109
Outros Ativos Regulatórios	15.373	15.463	7.648	9.080	11.323
Outros	10.987	12.369	5.737	2.398	1.790
Eletro nuclear	4.386	3.094	1.901	562	146
Sobrecontratação	-	-	10	6.120	9.387
Saldo Final	324.269	254.148	179.189	103.209	118.898

PASSIVOS REGULATÓRIOS	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
Constituição CVAs	(72.165)	(58.490)	(83.915)	(45.866)	(4.414)
Compra de Energia	(55.166)	(38.321)	(46.206)	(19.173)	-
Rede Básica	(411)	17	-	-	-
ESS	(16.588)	(10.827)	(26.462)	(14.565)	(4.183)
CDE	-	(9.361)	(11.247)	(12.128)	(231)
Amortização CVAs	(85.330)	(109.578)	(37.953)	(11.622)	(46.720)
Rede Básica	-	-	-	-	(65)
Compra de Energia	-	(40.672)	-	-	(2.892)
CDE	(30.861)	(21.771)	(13.373)	(3.957)	(19.050)
ESS	(54.469)	(47.135)	(24.580)	(7.665)	(24.713)
Neutralidade Parc. A	(4.206)	(13.359)	(11.892)	(14.616)	(13.913)
Outros Ativos Regulatórios	(84.515)	(76.011)	(63.287)	(56.639)	(39.353)
Outros	(2.741)	(232)	(143)	(42)	(100)
Exposição Financeira	-	-	(4.638)	(35.713)	(34.520)
Sobrecontratação	(81.774)	(64.658)	(41.805)	(10.486)	(12.158)
Devolução PIS/COFINS	-	(11.121)	(16.702)	(10.399)	7.425
Saldo Final	(246.216)	(257.439)	(197.047)	(128.743)	(104.400)

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
Ativos Regulatórios	324.269	254.148	179.189	103.209	118.898
Passivos Regulatórios	(246.216)	(257.439)	(197.047)	(128.743)	(104.400)
Ativo Regulatório Líquido	78.053	(3.291)	(17.858)	(25.534)	14.498

Comentário do Desempenho



6.2 – CELPA

ATIVOS REGULATÓRIOS	3T 15	4T 15	1T 16	2T 16	3T 16
Constituição CVAs	122.334	87.532	110.712	108.196	38.255
CDE	42.472	-	45.987	40.401	-
Proinfa	135	-	4.673	9.480	300
Rede Básica	-	237	2.651	5.762	2.531
Energia RTE	-	5.475	16.328	16.878	-
Compra	79.727	81.820	41.073	35.675	35.424
Amortização CVAs	331.600	205.107	115.965	20.418	180.007
CDE	46.193	29.787	16.318	2.869	32.241
Proinfa	801	591	328	66	9.564
ESS	3.236	-	-	-	24.707
Energia RTE	-	-	-	-	20.598
Rede Básica	10.759	6.954	3.831	712	-
Compra	270.611	167.775	95.488	16.771	92.897
Sobrecontratação	-	-	-	-	33.594
Outros Ativos Regulatórios	29.116	34.204	18.989	29.259	1.117
Outros	9.734	19.446	13.166	8.093	243
Garantia CCEAR	637	530	150	27	874
Exposição Financeira	12.986	10.560	3.685	1.304	-
Diferencial Eletronuclear	5.759	3.668	1.988	355	-
Diferimento estorno crédito ICMS	-	-	-	19.480	-
Saldo Final	483.050	326.843	245.666	157.873	252.973

PASSIVOS REGULATÓRIOS	3T 15	4T 15	1T 16	2T 16	3T 16
Constituição CVAs	-	(2.121)	(92.295)	(98.184)	(29.478)
ESS	-	(2.121)	(63.448)	(68.367)	(25.475)
CDE	-	-	(28.847)	(29.817)	(4.003)
Amortização CVAs	(218.481)	(153.711)	(67.833)	(12.639)	(228.430)
Rede Básica	(20)	-	-	-	(3.327)
Compra de Energia	(7.791)	(5.266)	(3.196)	(1.134)	(33.201)
CDE	(66.193)	-	(13.521)	(2.416)	(39.474)
ESS	(144.477)	(118.157)	(51.116)	(9.089)	(85.991)
Proinfa	-	-	-	-	(54)
Rec. Ult. Demanda / Energia Reativa	-	(30.288)	-	-	(66.383)
Neutralidade Parc. A	(3.104)	(21.359)	(41.646)	(49.630)	(47.416)
Outros Ativos Regulatórios - Outros	(151.558)	(212.899)	(124.676)	(136.116)	(100.317)
Outros	(96.777)	(180.618)	(22.309)	(15.329)	(1.107)
Exposição Financeira	-	-	(18.919)	(55.058)	(53.482)
Sobrecontratação	(54.781)	(32.281)	(83.448)	(65.729)	(45.728)
Saldo Final	(373.143)	(390.090)	(326.450)	(296.569)	(405.641)

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	3T 15	4T 15	1T 16	2T 16	3T 16
Ativos Regulatórios	483.050	326.843	245.666	157.873	252.973
Passivos Regulatórios	(373.143)	(390.090)	(326.450)	(296.569)	(405.641)
Ativo Regulatório Líquido	109.907	(63.247)	(80.784)	(138.696)	(152.668)

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



7. ENDIVIDAMENTO

No 3T16, o endividamento bruto consolidado, incluindo os encargos, atingiu R\$ 4.407 milhões, queda de 2% em relação ao valor do 2T16.

Situação da Dívida Bruta (100% CEMAR + 100% CELPA)

CEMAR						CELPA					
Indexador	R\$ Mil (*)	Custo médio (a.a)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part.(%)	Vencimento	CEMAR	CELPA	Consolidado	% do total	
Moeda estrangeira	279,402	15.0%	jan-18	1.4	6.3%	Curto Prazo	255,993	339,880	595,873	13.5%	
Libor semestral	5,083	10.3%	Apr-24	7.6	0.1%	Longo Prazo	1,884,838	1,926,780	3,811,618	86.5%	
Pré fixado	7,425	6.0%	Apr-24	7.6	0.2%						
Pré-fixado (com custo swap)	266,893	15.3%	Oct-17	1.1	6.1%	2017	402,257	32,618	434,874	9.9%	
Moeda nacional	1,861,429	12.4%	Oct-20	4.1	42.2%	2018	636,467	274,579	911,045	20.7%	
TJLP	397,531	9.8%	Oct-20	4.1	9.0%	2019	324,438	204,370	528,807	12.0%	
CDI	604,773	15.4%	Nov-18	2.2	13.7%	2020	256,199	151,943	408,143	9.3%	
IPCA	247,506	14.7%	Jun-20	3.8	5.6%	2021	91,840	109,436	201,276	4.6%	
Pré fixado	361,345	5.9%	Oct-21	5.1	8.2%	2022	80,006	106,474	186,480	4.2%	
IGP-M	143,038	15.6%	Dec-23	7.4	3.2%	2023	59,634	116,922	176,556	4.0%	
SELIC	107,235	16.8%	Mar-24	7.6	2.4%	2024	31,679	144,106	175,785	4.0%	
Total (CEMAR)	2,140,831	12.7%	jun-20	3.7	48.6%	2025	2,319	53,103	55,422	1.3%	
						2026	-	21,934	21,934	0.5%	
						2027	-	325	325	0.0%	
						2028	-	80,574	80,574	1.8%	
						2029	-	2,722	2,722	0.1%	
Moeda estrangeira	767,470	12.3%	jun-21	4.8	17.4%	2030	-	2,722	2,722	0.1%	
Libor Semestral	24,550	11.9%	abr-24	7.7	0.6%	2031	-	34,740	34,740	0.8%	
Libor trimestral (com custo swap)	367,640	15.9%	fev-19	2.4	8.3%	2032	-	34,740	34,740	0.8%	
Pré-fixado	262,239	5.7%	mai-26	9.7	5.9%	2033	-	34,740	34,740	0.8%	
Pré-fixado (com custo swap)	113,042	16.1%	fev-17	0.4	2.6%	2034	-	520,734	520,734	11.8%	
Moeda nacional	1,499,191	10.0%	out-23	7.2	34.0%	Dívida bruta	2,140,831	2,266,661	4,407,491	100.0%	
TJLP	263,678	10.1%	jul-22	5.8	6.0%		-	-	-	-	
CDI	47,199	15.2%	set-18	1.9	1.1%	Disponibilidades	1,183,091	533,000	1,716,091		
Pré-fixado	516,338	10.4%	set-20	4.0	11.7%	Caixa Holding	-	-	285,644		
RGR	5,557	6.0%	abr-22	5.7	0.1%	Caixa Soluções	-	-	38,325		
IGP-M	235,188	11.7%	set-34	18.3	5.3%	Ativo reg. líquido	14,498	(152,668)	(138,170)		
FINISA	36,235	6.0%	jun-27	10.9	0.8%	Sub rogação CCC	-	85,961	85,961		
TR-IPCA	204,755	13.0%	nov-20	4.2	4.6%	Dep. Judicial + Cauções	10,848	114,482	125,330		
TR-SELIC	190,240	2.9%	mar-24	7.6	4.3%	Repasse venc.CDE	5,210	-	5,210		
Total (CELPA)	2,266,661	10.8%	jan-23	6.4	51.4%	Swap	54,480	(89,231)	(34,750)		
Total	4,407,491	11.7%	out-21	5.1	100.0%	Dívida líquida	872,702	1,775,116	2,323,850		

Abrimos abaixo o endividamento de 25% da Geramar, que não é consolidada dentro do endividamento da Equatorial.

Indexador	R\$ Mil (*)	Custo médio (a.a)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part.(%)
GERAMAR	Moeda nacional				
	TJLP	73.159	8,8%	dez-25	79,7%
	Pré fixado(R\$)	18.638	10,0%	dez-25	20,3%
	Total	91.797	9,1%		100,0%

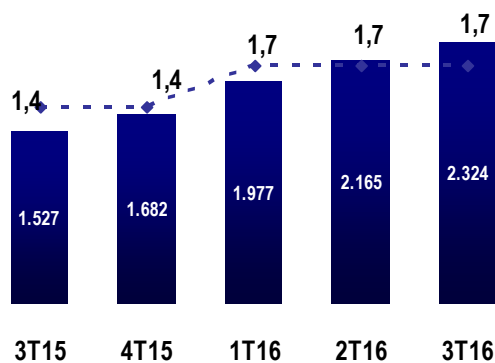
Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho

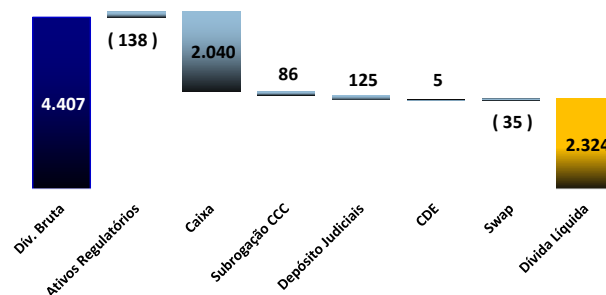


Abaixo apresentamos a dívida líquida consolidada 100% da Equatorial.

Dívida Líquida (R\$ MM) e Dívida Líquida / EBITDA

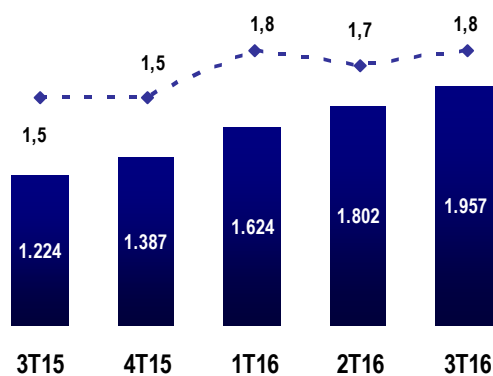


Conciliação da Dívida Líquida (R\$ MM)

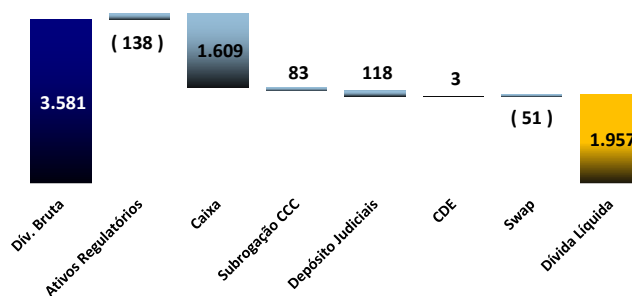


O endividamento líquido total consolidado, ajustado pelas participações da Equatorial na CEMAR (65,11%) e na CELPA (96,5%), totaliza, em setembro de 2016, a quantia de R\$ 1.957 milhões, representando a relação de 1,8x o EBITDA consolidado dos últimos 12 meses.

Dívida Líquida (R\$ MM) e Dívida Líquida / EBITDA



Conciliação da Dívida Líquida (R\$ MM)



Comentários de 3T16 desempenho Comentário do Desempenho



8. INVESTIMENTOS

As informações relativas aos Investimentos realizados no período consideram 100% dos números da CEMAR e da CELPA, e 25% da Geramar.

Investimentos (R\$MM)	3T15	2T16	3T16	Var.	9M15	9M16	Var.
CEMAR							
Manutenção da Rede	18	19	18	0,7%	52	54	3,4%
Expansão da Rede	52	70	105	103,3%	118	247	109,9%
Equipamentos e Sistemas	8	9	7	-10,7%	39	33	-15,6%
Outros	1	4	1	95,0%	4	7	93,3%
Próprio (*)	78	103	131	68,4%	212	341	60,4%
PLPT	22	31	36	63,0%	47	85	82,5%
CELPA							
Manutenção da Rede	18	17	20	9,0%	71	56	-21,4%
Expansão da Rede	58	76	101	76,3%	243	233	-4,1%
Equipamentos e Sistemas	4	8	7	80,6%	4	21	368,4%
Outros	9	30	4	-56,7%	27	29	7,5%
Próprio	89	130	132	49,0%	345	338	-2,0%
Interligação de Sistemas Isolados	13	14	15	12,8%	36	60	64,5%
PLPT	53	63	67	25,5%	145	166	14,1%
Geramar							
Geração	2	3	1	-41,4%	7	7	1,3%
Total Equatorial	257	345	382	48,6%	793	997	25,7%

(*) Inclusive investimentos indiretos do PLPT

8.1 – CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$131 milhões no 3T16, aumento de 68,4% em relação ao 3T15. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do estado.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – PLPT

Ao final do 3T16, foi alcançada a marca de 341 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto a 1,7 milhão de habitantes no Estado do Maranhão. O PLPT já está presente em todos os 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades.

8.2 – CELPA

Os investimentos da CELPA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 132 milhões no 3T16, representa um aumento de 49,0% em relação ao 3T15. Esses investimentos são focados principalmente na expansão de capacidade e cobertura da rede de distribuição da companhia, assim como na contínua melhoria da qualidade da energia fornecida, tendo em vista o potencial de crescimento de demanda no Pará.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – PLPT

Ao final do 3T16, foi alcançada a marca de 393 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CELPA através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 2,0 milhão de habitantes no Estado do Pará. O PLPT já está presente em todos os 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades.

8.3 – Geramar

O investimento apresentado no 3T16 refere-se basicamente à manutenção das plantas, uma vez que sua fase de construção foi totalmente concluída no início de 2010. O valor de R\$ 1 milhões apresentado acima é proporcional à participação de 25% que a Equatorial detém na geradora.

9. MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Equatorial Energia encerraram o 3T16 cotadas a R\$ 50,32, com valorização de 3,4% em relação ao valor de fechamento do 2T16, R\$ 48,65. Se comparada com o fechamento do 3T15, a valorização no período de 1 ano foi de 52,6%.

Em termos de volume, a Companhia registrou uma média de negociação diária de R\$ 54,5 milhões nos últimos 60 pregões findos em 30 de setembro de 2016. As ações da Equatorial são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e fazem parte dos seguintes índices: Índice Bovespa, MSCI Brazil, IBRX 50, IEE, ITAG e IGC.

10. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses. As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: i) dados operacionais da CEMAR e CELPA (incluindo aqueles relacionados ao Programa Luz para Todos (PLPT); ii) informações financeiras pró-forma, bem como a comparação destas informações com os resultados societários do período; e iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro das companhias.

11. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO**TELECONFERÊNCIA EM INGLÊS**

Quarta-feira, 16 de novembro de 2016
12h00 (horário de Brasília)
9h00 (horário de Nova York)
Telefones: +55 11 2188-0155 / +1 646 843
6054
Código: Equatorial

TELECONFERÊNCIA EM PORTUGUÊS

Quarta-feira, 16 de novembro de 2016
14h00 (horário de Brasília)
11h00 (horário de Nova York)
Telefone: +55 11 2188-0155
Código: Equatorial

- ▶ Os participantes devem se conectar aproximadamente 10 minutos antes do início das teleconferências.
- ▶ **SLIDES E WEBCAST:** Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* na sessão de Relações com Investidores em nosso website <http://www.equatorialenergia.com.br/ri> a partir da data da teleconferência. O áudio das teleconferências será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

CONTATOS

- ▶ **Eduardo Haiama**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- ▶ **Thomas Newlands**
Relações com Investidores
- ▶ **Renato Parentoni**
Relações com Investidores
- ▶ **Telefones:** + 0 XX (21) 3206-6635 / 6607
- ▶ **E-mail:** ri@equatorialenergia.com.br
- ▶ **Website:** www.equatorialenergia.com.br/ri

AVISO

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Crítérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado da CEMAR, excluindo 34,89% de participação dos minoritários, 96,50% da CELPA e 100% da 55 Soluções.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados da CEMAR, 100% da CELPA e 100% da 55 Soluções.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO (R\$ MM)

DRE CEMAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	3T15	2T16	3T16	9M15	9M16
RECEITA OPERACIONAL	950.320	961.595	1.057.758	2.665.526	3.005.587
Fornecimento de Energia Elétrica	834.573	791.536	867.532	2.361.120	2.468.902
Suprimento de Energia Elétrica	2.270	15.102	15.191	7.860	47.006
Receita de Construção	99.409	141.809	165.702	261.533	461.507
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	1.514	2.378	1.776	4.335	4.167
Outras Receitas	12.554	10.770	7.558	30.680	24.005
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(273.021)	(261.632)	(255.607)	(703.605)	(794.330)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	677.299	699.962	802.151	1.961.922	2.211.257
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(403.543)	(420.928)	(488.989)	(1.234.443)	(1.392.853)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(280.291)	(264.432)	(302.662)	(911.898)	(864.167)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(22.839)	(14.687)	(20.625)	(58.029)	(67.180)
Custos de Construção	(99.409)	(141.809)	(165.702)	(261.533)	(461.507)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(1.003)	-	-	(2.984)	-
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(99.940)	(116.535)	(123.018)	(295.835)	(348.828)
Pessoal	(26.285)	(28.328)	(26.258)	(76.581)	(83.712)
Material	(3.994)	(1.719)	(749)	(8.953)	(4.046)
Serviço de Terceiros	(55.876)	(58.982)	(66.504)	(164.073)	(182.584)
Provisões	(7.596)	(22.255)	(22.490)	(24.306)	(58.504)
Outros	(6.189)	(5.250)	(7.017)	(21.923)	(19.983)
EBITDA	173.817	162.500	190.143	431.643	469.576
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(10.701)	(3.729)	(10.780)	(18.516)	(21.609)
Depreciação e Amortização	(32.067)	(34.717)	(36.816)	(94.184)	(105.277)
RESULTADO DO SERVIÇO	131.049	124.053	142.547	318.943	342.690
RESULTADO FINANCEIRO	(6.118)	15.243	10.421	(24.614)	45.094
Receitas Financeiras	143.230	154.814	81.235	332.683	339.928
Despesas Financeiras	(149.348)	(139.571)	(70.814)	(357.297)	(294.834)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	124.931	139.296	152.968	294.329	387.784
Contribuição Social	(5.989)	(14.076)	(14.703)	(17.172)	(36.087)
Imposto de Renda	(16.264)	(19.218)	(25.054)	(46.411)	(57.517)
Impostos Diferidos	(20.303)	(13.971)	(12.141)	(36.793)	(38.348)
Incentivos Fiscais	16.264	19.218	25.054	46.411	57.517
RESULTADO DO EXERCÍCIO	98.639	111.249	126.124	240.364	313.349

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



DRE CELPA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	3T15	2T16	3T16	9M15	9M16
RECEITA OPERACIONAL	1.676.587	1.501.120	1.687.895	4.506.012	4.632.081
Fornecimento de Energia Elétrica	1.360.113	1.237.497	1.408.060	3.827.878	3.894.108
Suprimento de Energia Elétrica	149.758	49.238	47.313	159.570	133.613
Receita de Construção	152.047	207.437	213.709	476.458	563.895
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	6.222	-	5.940	18.982	11.529
Outras Receitas	8.447	6.948	12.874	23.124	28.936
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(536.594)	(499.101)	(529.584)	(1.360.708)	(1.503.091)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.139.993	1.002.019	1.158.311	3.145.304	3.128.991
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(786.279)	(686.244)	(742.894)	(2.280.704)	(2.112.194)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(603.146)	(451.539)	(491.908)	(1.717.151)	(1.434.041)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(31.087)	(27.268)	(37.277)	(87.096)	(114.258)
Custos de Construção	(152.047)	(207.437)	(213.709)	(476.457)	(563.895)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(153.768)	(140.102)	(184.003)	(433.197)	(513.249)
Pessoal	(31.995)	(34.970)	(27.134)	(105.068)	(97.346)
Material	(1.668)	22	(71)	(4.610)	(1.692)
Serviço de Terceiros	(77.027)	(88.094)	(105.221)	(236.148)	(289.461)
Outros	(16.885)	(11.258)	(8.540)	(24.920)	(20.250)
Subvenção CCC	72.251	74.629	69.975	218.970	214.451
Materia prima p/ produção de energia elétrica	(71.533)	(63.104)	(72.295)	(207.994)	(223.824)
Provisões	(26.910)	(17.327)	(40.716)	(73.427)	(95.127)
EBITDA	199.946	175.673	231.413	431.403	503.548
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(29.563)	(10.009)	(5.614)	(94.745)	(19.331)
Depreciação e Amortização	(48.452)	(44.722)	(51.141)	(96.620)	(148.510)
RESULTADO DO SERVIÇO	121.931	120.942	174.658	240.038	335.707
RESULTADO FINANCEIRO	(91.126)	(5.273)	(70.452)	424.201	(52.780)
Receitas Financeiras	671.479	159.273	22.590	1.644.354	424.564
Despesas Financeiras	(762.605)	(164.546)	(93.042)	(1.220.153)	(477.344)
RESULTADO OPERACIONAL	30.805	115.670	104.206	664.240	282.927
Contribuição Social	4.195	(7.490)	(7.650)	(5.678)	(15.541)
Imposto de Renda	16.466	(16.542)	(21.711)	(21.973)	(39.781)
Impostos Diferidos	(33.174)	(12.000)	(2.779)	(169.696)	(34.285)
Incentivos Fiscais	(16.466)	16.542	21.711	21.973	39.781
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.826	96.179	93.777	488.865	233.101

Comentários de desempenho

Comentário do Desempenho



DRE EQUATORIAL CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	3T15	2T16	3T16	9M15	9M16
RECEITA OPERACIONAL	2.677.447	2.497.914	2.817.133	7.343.229	7.806.710
Fornecimento de Energia Elétrica	2.232.241	2.052.622	2.348.895	6.324.435	6.488.209
Suprimento de Energia Elétrica	152.028	64.341	62.503	167.430	180.619
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	7.737	2.378	7.715	23.316	10.093
Receita de Construção	251.456	349.246	379.410	737.990	1.025.402
Outras Receitas	33.985	29.328	18.610	90.058	102.388
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(815.375)	(765.463)	(794.490)	(2.083.991)	(2.318.589)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.862.072	1.732.451	2.022.643	5.259.238	5.488.121
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(1.233.680)	(1.125.903)	(1.264.189)	(3.644.712)	(3.593.710)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(927.293)	(734.702)	(826.877)	(2.758.613)	(2.435.574)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(53.928)	(41.956)	(57.902)	(145.125)	(131.725)
Custos de Construção	(251.456)	(349.246)	(379.410)	(737.990)	(1.025.402)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(1.003)	-	-	(2.984)	(1.010)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(262.987)	(272.604)	(337.238)	(771.417)	(884.679)
Pessoal	(64.969)	(76.509)	(76.453)	(217.659)	(243.439)
Material	(6.627)	(1.047)	(1.160)	(16.578)	(6.317)
Serviço de Terceiros	(133.868)	(149.325)	(174.965)	(403.235)	(478.585)
Provisões	(34.507)	(39.786)	(62.395)	(97.734)	(98.136)
Outros	(23.017)	(5.937)	(22.265)	(36.211)	(58.202)
EBITDA	365.405	333.943	421.216	843.109	1.009.732
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(40.264)	(13.738)	(17.236)	(113.261)	(41.042)
Depreciação e Amortização	(80.885)	(79.466)	(88.323)	(191.948)	(254.870)
RESULTADO DO SERVIÇO	244.256	240.739	315.658	537.900	713.821
Equivalência patrimonial	5.429	6.741	7.340	24.516	20.266
Amortização de ágio	(1.677)	(1.594)	(1.593)	(5.030)	(4.780)
RESULTADO FINANCEIRO	(73.839)	29.821	(38.539)	467.241	52.048
Receitas Financeiras	816.395	322.943	114.316	1.903.648	792.123
Despesas Financeiras	(890.234)	(293.122)	(152.855)	(1.436.407)	(740.075)
RESULTADO OPERACIONAL	174.168	275.707	282.866	1.024.626	781.355
Contribuição Social	(2.647)	(23.019)	(25.130)	(27.918)	(57.362)
Imposto de Renda	(3.132)	(35.929)	(51.911)	(83.657)	(110.548)
Impostos diferidos	(53.429)	(13.971)	46.765	(206.340)	97.298
Incentivos Fiscais	(202)	19.218	(13.687)	68.384	(80.233)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	114.759	222.006	238.903	775.094	630.510
Participações minoritárias	(34.335)	(43.242)	(50.181)	(109.189)	(124.202)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	80.424	178.764	188.722	665.905	506.308

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)

- ▶ A tabela abaixo reflete o processo de consolidação da Equatorial, obtido através da soma da Equatorial Holding + 100% da 55 Soluções + 100% da CEMAR + 100% da CELPA + Eliminações.
- ▶ Na linha de "Participação de Acionista Não Controlador" é feito um ajuste de forma que o lucro líquido consolidado da Equatorial reflita sua participação real na CEMAR, de 65,11% e da CELPA, de 96,50%.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR EMPRESA (R\$ mil)	Equatorial Holding	Equatorial Soluções	CEMAR	CELPA	Eliminações	Equatorial consolidado
RECEITA OPERACIONAL	-	71.481	1.057.758	1.687.894	-	2.817.133
Fornecimento de Energia Elétrica	-	41.933	892.963	1.413.999	-	2.348.895
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	15.191	47.312	-	62.503
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	1.776	5.940	-	7.715
Receita de Construção	-	-	165.701	213.709	-	379.410
Outras Receitas	-	29.548	(17.873)	6.934	-	18.610
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	-	(9.299)	(255.607)	(529.584)	-	(794.490)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	62.182	802.151	1.158.310	-	2.022.643
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	(32.306)	(488.989)	(742.894)	-	(1.264.189)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(32.306)	(302.663)	(491.908)	-	(826.877)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	(20.625)	(37.277)	-	(57.902)
Custos de Construção	-	-	(165.701)	(213.709)	-	(379.410)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(6.229)	(24.262)	(123.019)	(184.003)	275	(337.238)
Pessoal	(4.537)	(18.524)	(26.258)	(27.134)	-	(76.453)
Material	(10)	(331)	(748)	(71)	-	(1.160)
Serviço de Terceiros	(1.682)	(1.558)	(66.503)	(105.222)	-	(174.965)
Provisões	-	-	(21.956)	(40.714)	275	(62.395)
Outros	-	(3.849)	(7.554)	(10.862)	-	(22.265)
EBIT DA	(6.229)	5.614	190.143	231.413	275	421.216
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(479)	(361)	(10.782)	(5.614)	-	(17.236)
Depreciação e Amortização	(2)	(37)	(36.816)	(51.141)	(327)	(88.323)
RESULTADO DO SERVIÇO	(6.710)	5.216	142.546	174.658	(52)	315.658
Participação de acionistas não controlad.	181.740	987	-	-	(176.980)	5.747
Equivalência Patrimonial	183.333	987	-	-	(176.980)	7.340
Amortização de Ágio	(1.593)	-	-	-	-	(1.593)
RESULTADO FINANCEIRO	20.170	1.322	10.421	(70.452)	-	(38.539)
Receitas Financeiras	20.173	1.904	81.235	22.590	(11.586)	114.316
Despesas Financeiras	(3)	(582)	(70.814)	(93.042)	11.586	(152.855)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	195.200	7.525	152.967	104.206	(177.032)	282.865
Contribuição Social	(2.291)	(485)	(14.703)	(7.650)	-	(25.129)
Imposto de Renda	(4.188)	(958)	(25.054)	(21.711)	-	(51.911)
Impostos Diferidos	-	-	(12.141)	(2.779)	1.233	(13.687)
Incentivos Fiscais	-	-	25.054	21.711	-	46.765
RESULTADO DO EXERCÍCIO	188.721	6.082	126.122	93.777	(175.799)	238.903
Participações minoritárias	-	(1.669,60)	-	-	(48.512)	(50.181)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	188.721	4.412	126.122	93.777	(224.311)	188.722

Comentário do Desempenho



ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)

BP CEMAR

ATIVO (R\$ Mil)	3T 15	4T 15	1T 16	2T 16	3T 16
CIRCULANTE	2.217.892	2.274.153	2.158.061	2.092.702	2.072.693
Caixa e equivalentes de caixa	278.640	310.893	306.671	321.974	340.777
Investimentos de curto prazo	1.061.289	1.094.340	966.842	896.607	842.314
Contas a receber de clientes	715.043	765.247	762.727	720.663	770.572
Baixa renda	38.456	34.537	34.208	34.271	32.935
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(76.011)	(87.368)	(71.869)	(67.471)	(74.531)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	30.274	5.438	-	-	22
Serviços pedidos	41.817	34.713	38.174	45.805	47.504
Depósitos Judiciais	19.384	18.767	20.547	21.453	20.550
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	34.340	-	-	17.868	5.148
Estoques	3.857	3.895	4.244	10.414	13.239
Impostos a recuperar	37.271	50.696	48.873	35.825	35.901
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	24.360	29.056	33.195	38.036	22.251
Outros Créditos a Receber	9.172	13.939	14.449	17.257	16.011
NÃO CIRCULANTE	2.748.348	2.845.186	2.967.619	3.076.476	3.226.756
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.011.373	1.086.463	1.105.044	1.116.041	1.218.815
Contas a receber de clientes	76.752	77.964	86.218	90.926	88.709
Depósitos judiciais	9.015	9.015	12.635	15.710	21.901
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	43.713	10.859	5.500	-	9.350
Instrumentos financeiros derivativos	116.702	128.115	98.014	73.363	73.590
Impostos e contribuições a recuperar	22.590	31.614	44.230	52.295	57.052
Outros créditos a receber	13.926	13.992	12.990	11.788	11.834
Ativo financeiro da concessão	728.675	814.904	845.457	871.959	956.379
PERMANENTE	1.736.975	1.758.723	1.862.575	1.960.435	2.007.941
Intangível	1.736.975	1.758.723	1.862.575	1.960.435	2.007.941
TOTAL DO ATIVO	4.966.240	5.119.339	5.125.680	5.169.178	5.299.449

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	3T 15	4T 15	1T 16	2T 16	3T 16
CIRCULANTE	887.223	965.709	945.812	934.304	987.811
Fornecedores	268.182	350.552	306.671	246.266	269.972
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	13.554	11.231	13.447	14.383	14.673
Empréstimos e Financiamentos	234.073	206.607	208.765	197.448	201.355
Debêntures	54.915	47.303	62.131	40.332	54.638
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	14.152	23.358	-	-
Impostos e contribuições a recolher	68.397	79.481	75.017	70.330	74.533
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	1.383	2.676	431	2.425	2.511
Dividendos	63.199	69.406	69.406	165.251	165.251
Encargos do consumidor	10.290	10.290	7.799	7.244	7.689
Contribuição de iluminação pública	15.763	17.433	11.296	11.064	10.072
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	29.481	22.634	26.202	35.175	33.591
Participação nos lucros	23.551	29.965	15.851	23.547	31.244
Instrumentos financeiros derivativos	18.329	18.984	18.763	18.414	19.110
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	36.036	35.835	43.394	38.050	35.881
Outras contas a pagar	50.070	49.160	63.281	64.375	67.291
NÃO CIRCULANTE	2.185.535	2.205.356	2.155.618	2.195.219	2.145.860
Empréstimos e financiamentos	1.512.774	1.502.459	1.435.698	1.436.853	1.408.784
Debêntures	489.125	495.182	502.468	473.007	476.054
Impostos e contribuições a recolher	1.022	1.104	1.073	1.013	1.181
Imposto de renda e contribuições social diferidos	126.231	136.781	149.017	162.988	175.129
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	37.733	39.698	37.231	47.825	54.581
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	-	43.402	-
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	18.650	30.132	30.131	30.131	30.131
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.893.482	1.948.274	2.024.250	2.039.655	2.165.778
Capital social	840.408	840.410	840.410	929.620	929.620
Reservas de capital	674	674	674	674	674
Reservas de Lucros	812.036	1.107.190	1.107.190	922.135	922.135
Lucros acumulados	240.364	-	75.976	187.226	313.349
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.966.240	5.119.339	5.125.680	5.169.178	5.299.449

Comentário do Desempenho



BP CELPA

ATIVO (R\$ Mil)	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
CIRCULANTE	2.304.635	2.560.150	2.415.413	2.422.288	2.354.414
Caixa e equivalentes de caixa	112.329	40.860	54.844	45.780	33.428
Investimentos de curto prazo	455.617	757.774	833.701	772.550	501.439
Contas a receber de clientes	1.435.227	1.664.163	1.272.104	1.360.451	1.591.796
Baixa a renda	25.119	26.938	24.548	24.153	25.656
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(393.629)	(444.125)	(183.485)	(157.871)	(162.780)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	-	104	-	-	491
Aquisição de combustíveis - conta CCC	195.253	221.298	168.868	157.211	161.676
Serviços pedidos	111.639	77.589	85.481	58.012	71.144
Depósitos judiciais	1.375	2.306	1.333	6.345	6.931
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	98.011	-	7.118	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	78.839	71.810	-	-	-
Estoques	9.879	7.535	7.137	7.913	10.630
Impostos e contribuições a recuperar	74.680	40.807	41.824	42.964	11.905
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	33.740	49.700	65.381	61.244	59.360
Recuperação de custo de energia e encargos	22.512	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber	44.044	43.391	36.559	43.536	42.738
NÃO CIRCULANTE	4.283.077	4.296.059	4.320.210	4.485.172	4.573.216
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.030.868	2.137.947	2.086.327	2.106.611	2.138.560
Contas a receber de clientes	168.361	199.624	261.012	291.231	257.845
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	68.765	65.824	58.529	86.396	85.961
Depósitos judiciais	135.953	141.512	142.888	142.136	141.299
Instrumentos financeiros derivativos	136.962	145.688	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	56.679	56.619	55.120	60.709	63.629
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	38.776	39.661	40.099	40.998	41.940
Outros créditos a receber	74.669	74.992	70.153	68.314	68.536
Ativo financeiro da concessão	1.350.703	1.414.027	1.458.525	1.416.827	1.479.350
PERMANENTE	2.252.209	2.158.112	2.233.884	2.378.561	2.434.656
Investimentos	6.774	6.748	6.748	6.748	6.748
Intangível	2.245.435	2.151.364	2.227.136	2.371.813	2.427.908
TOTAL DO ATIVO	6.587.712	6.856.209	6.735.623	6.907.460	6.927.630

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
CIRCULANTE	1.819.529	2.209.875	2.030.335	2.081.447	1.954.866
Fornecedores	581.789	565.740	498.019	505.928	536.182
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	39.460	20.737	23.746	16.263	16.891
Empréstimos e Financiamentos	550.541	598.780	493.752	488.212	338.540
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	35.409	-	10.003	91.679
Impostos e contribuições a recolher	204.046	231.170	210.968	224.482	209.330
Impostos sobre lucro a recolher	-	-	-	-	522
Dividendos	-	17.366	17.366	22.267	22.267
Encargos do consumidor	-	33.205	32.125	31.720	38.725
Contribuição de iluminação pública	-	18.311	46.526	11.688	9.924
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	58.215	52.454	57.471	37.471	35.679
Participação nos lucros	-	31.882	15.318	21.092	26.866
Partes relacionadas	2.523	258.656	282.425	315.188	297.685
Debêntures	-	-	-	-	1.341
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.877	66.321	34.474
Valores a pagar da recuperação judicial	95.937	91.446	91.575	91.078	87.719
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	96.722	99.115	95.063	87.876	61.605
Outras contas a pagar	190.296	155.604	154.104	151.858	145.437
NÃO CIRCULANTE	2.953.665	2.801.364	2.817.171	2.846.618	2.899.592
Empréstimos e financiamentos	960.266	1.084.807	1.045.735	1.023.964	978.736
Impostos e contribuições a recolher	57.364	49.605	42.994	35.266	35.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos	169.697	63.541	83.046	95.046	97.826
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	15.420	47.636	54.757
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	91.006	95.573	99.340	92.320	114.477
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	6.434	27.837	87.660	128.693	60.989
Partes relacionadas	298.613	49.861	32.529	7.784	7.997
Debêntures	-	-	-	-	100.995
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	95.193	98.395	101.599	105.016	108.665
Valores a pagar da recuperação judicial	973.833	995.599	979.088	958.578	963.593
Plano de aposentadoria e pensão	47.768	36.718	36.718	32.396	32.396
Outras contas a pagar	253.491	299.428	293.042	319.919	343.664
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.814.518	1.844.970	1.888.117	1.979.395	2.073.172
Capital Social	1.521.740	1.521.740	1.521.740	1.521.740	1.521.740
Reservas de reavaliação	178.561	171.456	165.946	160.845	155.570
Reservas de lucros	-	150.465	150.465	145.565	145.566
Outros resultados abrangentes	(15.148)	1.309	1.309	1.309	1.309
Lucros acumulados	129.365	-	48.656	149.936	248.987
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.587.712	6.856.209	6.735.623	6.907.460	6.927.630

Comentário do Desempenho



BP EQUATORIAL CONSOLIDADO

ATIVO (R\$ Mil)	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
CIRCULANTE	4.965	5.157	4.907	4.857	4.820
Caixa e equivalentes de caixa	452	398	404	418	416
Investimentos de curto prazo	1.838	2.083	2.040	1.908	1.631
Contas a receber de clientes	1.764	1.983	1.860	1.939	2.212
Aquisição de combustível - conta CCC	195	221	169	157	162
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	132	-	-	8	-
Depósitos Judiciais	25	25	26	32	32
Instrumentos financeiros derivativos	79	53	-	-	-
Estoques	14	11	11	18	24
Impostos e contribuições a recuperar	115	95	94	82	53
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	90	117	126	129	103
Recuperação de custo de energia e encargos	53	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber	209	171	177	166	187
NÃO CIRCULANTE	7.322	7.429	7.566	7.814	8.036
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.034	3.212	3.167	3.171	3.287
Contas a receber de clientes	245	278	347	382	347
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	69	66	59	86	86
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	37	-	-	-	-
Depósitos judiciais	145	151	156	158	163
Instrumentos financeiros derivativos	254	274	83	26	19
Impostos e contribuições a recuperar	79	88	99	113	121
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	39	40	40	41	42
Outros créditos a receber	86	86	80	76	74
Ativo financeiro da concessão	2.079	2.229	2.304	2.289	2.436
PERMANENTE	4.288	4.217	4.399	4.644	4.749
Investimentos	86	86	93	97	97
Intangível	4.202	4.131	4.306	4.547	4.652
TOTAL DO ATIVO	12.287	12.586	12.474	12.672	12.856

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
CIRCULANTE	2.928	3.131	2.918	2.856	2.814
Fornecedores	870	935	822	768	826
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	55	34	45	37	40
Empréstimos e Financiamentos	785	805	703	686	540
Debêntures	55	47	62	40	56
Impostos e contribuições a recolher	274	312	277	298	291
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	26	18	23	15	14
Dividendos	174	218	217	251	251
Contribuição de iluminação pública	16	17	58	23	20
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	31	85	54
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	133	135	138	126	97
Outras contas a pagar	524	609	543	528	626
NÃO CIRCULANTE	5.114	5.225	5.156	5.223	5.209
Empréstimos e financiamentos	2.473	2.587	2.481	2.461	2.388
Debêntures	489	495	502	473	577
Impostos e contribuições a recolher	296	193	226	244	259
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	464	470	421	424	453
Valores a pagar da recuperação judicial	974	996	979	959	964
Plano de aposentadoria e pensão	48	37	37	32	32
Outras contas a pagar	371	447	510	629	536
Participação Minoritária	730	750	779	788	837
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.515	3.479	3.621	3.805	3.996
Capital Social	1.979	1.980	1.980	1.982	1.982
ajuste de avaliação patrimonial	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)
Reservas de Lucros/capital	913	1.517	1.520	1.523	1.526
Outros resultados abrangentes	(12)	4	4	4	4
Lucros acumulados	657	-	139	318	506
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.287	12.586	12.474	12.672	12.856

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Belém, no Estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Pará, com 1.247.955 km², atendendo 2.404.677 consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a CELPA e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

A ANEEL no dia 1º de janeiro de 2015, implementou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que sinaliza aos consumidores em conta de energia os custos reais de geração de energia elétrica, impactados pelas condições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em março de 2015 foram homologados os novos valores das Bandeiras Tarifárias através da Resolução Homologatória nº 1.859 de 02 de março de 2015. Com a publicação do Decreto nº 8.401 publicado em 05 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 34, sendo 11 próprias e 23 tercerizadas, para exploração de geração de energia elétrica. Após a licitação, modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em Abril de 2016, todas as usinas passam a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que a partir de

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Janeiro/2017 terá a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas ainda ativadas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 8 Usinas Termelétricas, sendo a mais representativa com capacidade instalada acima de 10 MW: Santana do Araguaia.	28,87	25,98	28/07/1998	18/01/2017

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A emissão dessas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2016 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2016.

3.2 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: Ativo financeiro da concessão; instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Itens significativos sujeitos a esses julgamentos, estimativas e premissas incluem:

- **Nota explicativa 7** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 14** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 15** - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 32** - reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões;
- **Nota explicativa 33** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

3.5 Retificação de valores correspondentes

A Companhia, em busca de aprimoramento e visando uma melhor análise na apresentação das suas demonstrações financeiras, está reclassificando os itens referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1) e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (R3).

A reclassificação da demonstração do resultado do período se deve, principalmente, à aglutinação da linha de “encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição” com “energia elétrica comprada para revenda” e demais custos da operação, e, despesas de mesmas naturezas (vendas e administrativas), conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

	Publicado em 2015 01/01/2015 a 30/09/2015	Reclassificação 01/01/2015 a 30/09/2015	Publicado em 2016 01/01/2015 a 30/09/2015
Receita operacional líquida	3.145.304	-	3.145.304
Custo de energia elétrica e construção	(2.524.217)	-	(2.524.217)
Custo da energia elétrica, construção e operação	(2.280.704)	-	(2.280.704)
Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	(1.717.151)	(87.096)	(1.804.247)
Custo de construção	(476.457)	-	(476.457)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(87.096)	87.096	-
Custo da operação	(243.513)	-	(243.513)
Pessoal	(56.134)	56.134	-
Material	(2.498)	2.498	-
Serviços de terceiros	(102.827)	102.827	-
Depreciação e amortização	(87.318)	87.318	-
Subvenção - CCC	10.995	(10.995)	-
Outros	(5.731)	5.731	-
Lucro bruto	621.087	-	621.087
Despesas com vendas	(108.802)	(76.115)	(184.917)
Despesas administrativas	(87.878)	(13.509)	(101.387)
Despesa com pessoal de administradores	(6.894)	6.894	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(76.115)	76.115	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.687	(2.687)	-
Amortização	(9.302)	9.302	-
Outras despesas operacionais, liquidas	(94.745)	-	(94.745)
Total de despesas operacionais	(381.049)	-	(381.049)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social	240.038	-	240.038
Receitas financeiras	1.543.633	-	1.543.633
Despesas financeiras	(1.119.431)	-	(1.119.431)
Resultado financeiro líquido	424.202	-	424.202
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	664.240	-	664.240
Contribuição social	(5.678)	-	(5.678)
Imposto de renda	(21.973)	-	(21.973)
Incentivos fiscais	21.973	-	21.973
IRPJ e CSLL diferidos	(169.697)	-	(169.697)
Impostos sobre o lucro	(175.375)	-	(175.375)
Lucro líquido do período	488.865	-	488.865
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	0,22130	-	0,22130
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$	0,22130	-	0,22130
Quantidade de ações no final do período	2.209.073	1	2.209.074

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

	Publicado em 2015 01/07/2015 a 30/09/2015	Reclassificação 01/07/2015 a 30/09/2015	Publicado em 2016 01/07/2015 a 30/09/2015
Receita operacional líquida	1.139.994	-	1.139.994
Custo de energia elétrica e construção	(887.251)	-	(887.251)
Custo da energia elétrica, construção e operação	(786.280)	-	(786.280)
Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	(603.146)	(31.087)	(634.233)
Custo de construção	(152.047)	-	(152.047)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(31.087)	31.087	-
Custo da operação	(100.971)	-	(100.971)
Pessoal	(15.460)	15.460	-
Material	(951)	951	-
Serviços de terceiros	(29.925)	29.925	-
Depreciação e amortização	(45.220)	45.220	-
Subvenção - CCC	718	(718)	-
Outros	(10.133)	10.133	-
Lucro bruto	252.743	-	252.743
Despesas com vendas	(33.521)	(29.385)	(62.906)
Despesas administrativas	(35.304)	(3.041)	(38.345)
Despesa com pessoal de administradores	(2.283)	2.283	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(29.385)	29.385	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.474	(2.474)	-
Amortização	(3.232)	3.232	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(29.563)	-	(29.563)
Total de despesas operacionais	(130.814)	-	(130.814)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social	121.929	-	121.929
Receitas financeiras	660.751	-	660.751
Despesas financeiras	(751.874)	-	(751.874)
Resultado financeiro líquido	(91.123)	-	(91.123)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	30.806	-	30.806
Contribuição social	4.195	-	4.195
Imposto de renda	16.466	-	16.466
Incentivos fiscais	(16.466)	-	(16.466)
IRPJ e CSLL diferidos	(33.174)	-	(33.174)
Impostos sobre o lucro	(28.979)	-	(28.979)
Lucro líquido do período	1.827	-	1.827
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	0,00083	-	0,00083
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$	0,00083	-	0,00083
Quantidade de ações no final do período	2.209.073	1	2.209.074

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Na demonstração do valor adicionado está sendo reclassificado o saldo de receita de construção, anteriormente publicado em separado, para a linha de vendas de produtos e serviços. O montante de receita de construção reclassificado na demonstração do valor adicionado é R\$ 476.457, conforme demonstrado abaixo:

Receitas	Publicado em 2015 30/09/2015	Reclassificação	Publicado em 2016 30/09/2015
Vendas de produtos e serviços	4.029.554	476.457	4.506.011
Receitas de construção	476.457	(476.457)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(76.115)	-	(76.115)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	2.687	-	2.687
Outras despesas (receitas) operacionais	(73)	-	(73)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	(94.745)	-	(94.745)
	<u>4.337.765</u>	<u>-</u>	<u>4.337.765</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)			
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.280.704)	-	(2.280.704)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(242.373)	-	(242.373)
Subvenção - CCC	10.995	-	10.995
	<u>(2.512.082)</u>	<u>-</u>	<u>(2.512.082)</u>
Valor adicionado bruto	<u><u>1.825.683</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.825.683</u></u>
Amortização	(96.620)	-	(96.620)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u><u>1.729.063</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.729.063</u></u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	1.543.633	-	1.543.633
Atualização VNR	-	-	-
	<u>1.543.633</u>	<u>-</u>	<u>1.543.633</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>3.272.696</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.272.696</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta	33.577	-	33.577
Benefícios	26.105	-	26.105
FGTS	6.824	-	6.824
Outros	38.513	-	38.513
	<u>105.019</u>	<u>-</u>	<u>105.019</u>
Tributos			
Federais	724.169	-	724.169
Estaduais	814.902	-	814.902
Municipais	1.138	-	1.138
	<u>1.540.209</u>	<u>-</u>	<u>1.540.209</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	150.777	-	150.777
Aluguéis	19.172	-	19.172
Encargos com partes relacionadas	40.428	-	40.428
Outros	928.226	-	928.226
	<u>1.138.603</u>	<u>-</u>	<u>1.138.603</u>
Remuneração de capitais próprios			
Lucro líquido no período	<u>488.865</u>	<u>-</u>	<u>488.865</u>
	<u>488.865</u>	<u>-</u>	<u>488.865</u>
Valor adicionado	<u><u>3.272.696</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.272.696</u></u>

Na demonstração dos fluxos de caixa do período está sendo reclassificado o saldo “Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros”, anteriormente classificados parcialmente como despesas não caixa, e variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes. O montante

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

reclassificado na demonstração dos fluxos de caixa é R\$ 560.047, conforme demonstrado a seguir:

	Publicado em 2015 30/09/2015	Reclassificação	Publicado em 2016 30/09/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	488.865	-	488.865
Ajustes para:			
Ajuste a valor presente	(387.013)	-	(387.013)
Amortização	96.620	-	96.620
Amortização do custo de transação	1.423	(1.423)	-
Atualização do ativo financeiro	(165.340)	-	(165.340)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	(217.387)	560.047	342.660
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	500.117	1.423	501.540
Imposto de renda e contribuição social diferidos	169.697	-	169.697
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.678	-	5.678
Baixa de intangível	46.787	-	46.787
Perdas (ganho) com instrumentos derivativos	(193.149)	-	(193.149)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	76.115	-	76.115
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	10.364	-	10.364
Rendimentos de aplicações financeiras	(36.189)	-	(36.189)
	396.588	560.047	956.635
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes			
Aquisição de combustível - conta CCC	41.448	-	41.448
Contas a receber de clientes	(395.289)	-	(395.289)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	560.047	(560.047)	-
Depósitos judiciais	(9.592)	-	(9.592)
Estoques	6.824	-	6.824
Impostos e contribuições a recuperar	(174)	-	(174)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(9.314)	-	(9.314)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	(22.512)	-	(22.512)
Serviços pedidos	(46.213)	-	(46.213)
Sub-rogação da CCC	44.490	-	44.490
Outros créditos a receber	(11.904)	-	(11.904)
Fornecedores	(246.653)	-	(246.653)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	7.011	-	7.011
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.947)	-	(6.947)
Juros pagos	(33.343)	-	(33.343)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(4.500)	-	(4.500)
Partes relacionadas	(260.935)	-	(260.935)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energetica	11.522	-	11.522
Contribuição de iluminação pública	6.158	-	6.158
Encargos do consumidor	32.537	-	32.537
Outras contas a pagar	44.365	-	44.365
	(292.974)	(560.047)	(853.021)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	103.614	-	103.614
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisições no ativo intangível	(380.637)	-	(380.637)
Resgates/ Aplicações financeiras	87.043	-	87.043
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(293.594)	-	(293.594)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	42.133	-	42.133
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(703.637)	-	(703.637)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	693.187	-	693.187
Valores a pagar da recuperação judicial	(74.800)	-	(74.800)
Recurso destinado para aumento de capital	291.216	-	291.216
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	248.099	-	248.099
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	58.119	-	58.119
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	54.210	-	54.210
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	112.329	-	112.329
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	58.119	-	58.119

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 3, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2016.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	3.292	23.105
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	30.136	17.755
Total	33.428	40.860
(a)		
Aplicações financeiras de curto prazo		
	30/09/2016	30/09/2015
CDB	24.504	12.499
Debêntures compromissadas	5.632	5.256
Total	30.136	17.755

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 97% (97,32% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e aplicações financeiras de curto prazo, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados nas demonstrações dos fluxos de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

6 Investimentos de curto prazo

Modalidade	30/09/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos (a)	498.395	755.148
Outros	3.044	2.626
Total	501.439	757.774

- (a) A variação no saldo de fundos de investimentos foi influenciada por captações de recursos no montante de R\$192.000, e amortizações de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 384.351 e pagamento de mútuo no valor de R\$25.599 com sua controladora Equatorial Energia.

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. São remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 98,69% (105% em 31 de dezembro de 2015) e classificados como Ativos financeiros ao valor justo.

7 Contas a receber de clientes**a. Composição dos saldos**

	30/09/2016	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	1.030.105	1.097.959
Contas a receber de consumidores não faturados	133.395	171.557
Parcelamentos (a)	645.576	516.272
Baixa renda e viva luz	25.656	26.938
Outras	40.565	77.999
Total	1.875.297	1.890.725
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(162.780)	(444.125)
Total contas a receber clientes	1.712.517	1.446.600
Total circulante	1.454.672	1.246.976
Total não circulante	257.845	199.624

- (a) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 24 vezes, e para clientes corporativos ou da alta tensão, o prazo pode estender-se além disso.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2015	Provisões adições	Reversões (baixas) (a)	30/09/2016
Contas a receber de consumidores faturados	370.135	74.983	(297.609)	147.509
Parcelamentos	73.990	21.795	(83.440)	12.345
Outras ¹	-	4.277	(1.351)	2.926
Total	444.125	101.055	(382.400)	162.780
	31/12/2014	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	251.605	139.480	(20.950)	370.135
Parcelamentos	34.639	55.574	(16.223)	73.990
Total	286.244	195.054	(37.173)	444.125

- (a) A Companhia reavaliou os títulos de consumidores por vencimento e verificou-se que um total de R\$298.130 encontrava-se vencidos há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do período, visto que os títulos baixados encontravam-se provisionados.

A constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos aplicamos as regras abaixo

- **Consumidores residenciais** - vencidos há mais de 90 dias;
- **Consumidores comerciais** - vencidos há mais de 180 dias; e
- **Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros** - vencidos há mais de 360 dias.

Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento.

¹ A Companhia, para melhor apresentação, concatenou as informações “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Serviços prestados a terceiros, Cheques em cobrança” formando assim a linha de “Outras”.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

c. Contas a receber de consumidores faturados

30/09/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	260.393	204.337	65.402	530.132
Industrial	58.906	19.596	50.370	128.872
Comercial	116.122	61.568	29.413	207.103
Rural	9.994	11.359	15.824	37.177
Poder público	37.069	28.115	9.548	74.732
Iluminação pública	15.758	10.579	12.224	38.561
Serviço público	3.848	5.988	3.692	13.528
Total fornecimento faturado	<u>502.090</u>	<u>341.542</u>	<u>186.473</u>	<u>1.030.105</u>

31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	249.979	170.207	214.772	634.958
Industrial	65.141	20.186	47.224	132.551
Comercial	107.798	44.414	35.213	187.425
Rural	10.349	8.575	25.899	44.823
Poder público	10.477	33.286	2.818	46.581
Iluminação pública	10.737	5.430	1.381	17.548
Serviço público	828	25.923	7.322	34.073
Total fornecimento faturado	<u>455.309</u>	<u>308.021</u>	<u>334.629</u>	<u>1.097.959</u>

d. Parcelamentos

30/09/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	380.784	28.902	20.448	430.134
Industrial	34.926	4.164	10.222	49.312
Comercial	65.459	5.631	5.401	76.491
Rural	14.801	1.480	3.425	19.706
Poder público	43.529	2.205	3.690	49.424
Iluminação pública	7.555	285	263	8.103
Serviço público	11.393	824	189	12.406
Total do parcelamento	<u>558.447</u>	<u>43.491</u>	<u>43.638</u>	<u>645.576</u>

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	268.511	18906	49806	337.223
Industrial	22487	2057	12659	37.203
Comercial	43657	3429	10928	58.014
Rural	12200	966	3478	16.644
Poder público	31411	1120	2829	35.360
Iluminação pública	4228	118	399	4.745
Serviço público	2302	99	36	2.437
Serviço taxado - novação	3696	551	863	5.110
Outros créditos - novação	-	286	871	1.157
Novação	-	4362	14017	18.379
Total do parcelamento	388.492	31.894	95.886	516.272

8 Contas a receber - Bandeiras tarifárias

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a setembro de 2016, no montante de R\$ 65.704, bem como repasses a CCRBT, no montante devolvido de R\$ 0,327, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado da Companhia no período. Para o período findo em 30 de setembro de 2016 o saldo a receber é de R\$ 491, em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber foi de R\$ 104.

Em janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente e no valor de R\$ 4,50 para cada 100 kWh. A partir de 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 a ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha patamar 1 e em março a bandeira amarela e no período findo em 30 de setembro de 2016 a bandeira tarifária vigente foi a verde.

9 Aquisição de combustível - Conta CCC

A Companhia detém, em 30 de setembro de 2016, crédito junto à Conta de Consumo de Combustível Fósseis - "CCC" no montante de R\$ 161.676 (R\$ 221.298 em 31 de dezembro de 2015). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrônica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, produto da conversão da Medida Provisória nº 466/2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

10 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações desses custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(7.554)	(3.682)	(11.236)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	9.510	300	9.810
Rede básica	(2.340)	1.544	(796)
Compra de energia - CVA	94.478	21.710	116.188
ESS - Encargos do serviço do sistema	(78.019)	(9.209)	(87.228)
	<u>16.075</u>	<u>10.663</u>	<u>26.738</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	(17.994)	12.314	(5.680)
Exposição financeira	(42.274)	(11.208)	(53.482)
Eletro nuclear	196	-	196
Neutralidade	(40.845)	(6.571)	(47.416)
Outros	(6.837)	(66.187)	(73.024)
	<u>(107.754)</u>	<u>(71.652)</u>	<u>(179.406)</u>
Total	<u>(91.679)</u>	<u>(60.989)</u>	<u>(152.668)</u>

	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	25.006	1.284	26.290
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	618	-	618
Rede básica	7.572	819	8.391
Compra energia - CVA	130.277	22.967	153.244
ESS - encargos do serviço do sistema	(145.987)	(6.900)	(152.887)
	<u>17.486</u>	<u>18.170</u>	<u>35.656</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação energia	(32.281)	(11.907)	(44.188)
Exposição financeira	7.784	4.739	12.523
Eletro nuclear	3.669	-	3.669
Neutralidade	(21.580)	(19.382)	(40.962)
Outros	(10.487)	(19.457)	(29.944)
	<u>(52.895)</u>	<u>(46.007)</u>	<u>(98.902)</u>
Total	<u>(35.409)</u>	<u>(27.837)</u>	<u>(63.246)</u>

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

A partir de novembro de 2014 com o advento do OCPC08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme Nota 2, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2015	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	30/09/2016
Parcela A						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	26.290	(11.241)	(15.566)	3.091	(13.810)	(11.236)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	618	(290)	(8)	845	8.645	9.810
Rede básica	8.391	10.088	(9.245)	481	(10.511)	(796)
Compra energia - CVA (a)	153.244	42.412	61.979	10.503	(151.950)	116.188
ESS-Encargos do Serviço do Sistema (b)	(152.887)	44.892	(4.438)	(10.572)	35.777	(87.228)
	<u>35.656</u>	<u>85.861</u>	<u>32.722</u>	<u>4.348</u>	<u>(131.849)</u>	<u>26.738</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia (c)	(44.188)	89.021	(48.649)	708	(2.572)	(5.680)
Exposição financeira (d)	12.523	7.627	1.113	(2.183)	(72.562)	(53.482)
Eletro nuclear (e)	3.669	-	557	-	(4.030)	196
Neutralidade (f)	(40.962)	53.193	9.613	(3.213)	(66.047)	(47.416)
Outros	(29.944)	(10.624)	(1.240)	-	(31.216)	(73.024)
	<u>(98.902)</u>	<u>139.217</u>	<u>(38.606)</u>	<u>(4.688)</u>	<u>(176.427)</u>	<u>(179.406)</u>
Total	<u>(63.246)</u>	<u>225.078</u>	<u>(5.884)</u>	<u>(340)</u>	<u>(308.276)</u>	<u>(152.668)</u>
	31/12/2014	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2015
Parcela A						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.374	35.774	(9.576)	4.691	(5.973)	26.290
PROINFA- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	642	900	65	113	(1.102)	618
Rede básica	13.087	4.282	113	1.508	(10.599)	8.391
Compra energia - CVA (a)	342.058	(66.995)	105.427	37.136	(264.382)	153.244
ESS-Encargos do Serviço do Sistema (b)	(128.064)	(117.548)	14.351	(19.948)	98.322	(152.887)
	<u>229.097</u>	<u>(143.587)</u>	<u>110.380</u>	<u>23.500</u>	<u>(183.734)</u>	<u>35.656</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia (c)	171.123	(99.753)	(98.644)	2.668	(19.582)	(44.188)
Exposição financeira (d)	(6.265)	16.603	1.911	1.068	(794)	12.523
PIS/ COFINS	36.766	-	-	-	(36.766)	-
Eletro nuclear (e)	10.287	-	5.493	-	(12.111)	3.669
Neutralidade (f)	(7.706)	(38.984)	(2.653)	-	8.381	(40.962)
Outros ²	935	(29.607)	(731)	-	(541)	(29.944)
	<u>205.140</u>	<u>(151.741)</u>	<u>(94.624)</u>	<u>3.736</u>	<u>(61.413)</u>	<u>(98.902)</u>
Total	<u>434.237</u>	<u>(295.328)</u>	<u>15.756</u>	<u>27.236</u>	<u>(245.147)</u>	<u>(63.246)</u>

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministérios do Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA), com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Encargo pago referente à entrada das usinas térmicas como forma de poupar os reservatórios das usinas hidrelétricas e das entradas das usinas térmicas devido a restrição de transmissão entre os submercados;

² A Companhia, para melhor apresentação, concatenou as informações "Garantia financeira" compondo assim a rubrica de "Outras".

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA *Informações trimestrais em* *30 de setembro de 2016*

- (c) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. A Sobrecontratação de Energia refere-se à apuração dos repasses dos custos de compra de energia da parcela até 5% do requisito da carga do agente de distribuição.
- Para o cálculo do repasse da sobrecontratação de energia ou da exposição ao mercado de curto prazo é necessária a apuração dos resultados no mercado de curto prazo da distribuidora no último ano civil com dados disponibilizados, bem como os valores do PLD (Preço de liquidação de diferença), ambos apurados mensalmente pela CCEE. Neste sentido temos: (i) No segundo trimestre de 2015 o PLD teve média de R\$ 297,15 sendo superior ao segundo trimestre de 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (ii) no período de 30 de setembro de 2016, a CELPA teve o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2016 menor no patamar de R\$69,80; e (iii) em conjunto, tivemos a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores;
- (d) Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e § 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia;
- (e) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários; e
- (f) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.117, de 02 de agosto de 2016, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2016 com vigência até 6 de agosto de 2017. Ao calcular o reajuste, a Agência considera a variação de custos que a Companhia teve no ano. O cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide o IGP-M, e outros custos que não acompanham necessariamente o índice inflacionário, como energia comprada, encargos de transmissão e encargos setoriais.

Neste processo as CVAs contabilizadas pela Companhia são auditadas devendo ser feito a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. Os componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior devem ter seus saldos baixados, sejam positivos e negativos, uma vez que estes só podem ser amortizados em 12 meses após o reajuste. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de Efeito do Reajuste na empresa e, para esse período, o reposicionamento tarifário a ser percebido pelos consumidores foi de 7,55%, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

11 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

Notas Explicativas**Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA**
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016**11.1 Impostos e contribuições a recuperar**

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Outros	11.905	40.807
Total	11.905	40.807
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	61.322	54.372
Outros	2.307	2.247
Total	63.629	56.619

11.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	17.710	26.472
IRPJ/CSLL a restituir (a)	6.879	23.228
IRRF/CSLL retido na fonte	34.771	-
Total	59.360	49.700
Não circulante		
IRPJ/CSLL restituir	41.940	39.661
Total	41.940	39.661

- (a) Os valores registrados no circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF, CSLL, PIS e COFINS do ano de 2015. Os valores registrados no não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009.

12 Outros créditos a receber

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	606	518
Adiantamento a fornecedores	6.325	4.898
Alienação de bens e direitos	839	1.779
Crédito ressarcimento de energia	3.201	3.262
Créditos em conta de energia elétrica	227	3.311
Despesas pagas antecipadamente	296	5.261
Outros créditos a receber (a)	31.244	24.362
Total	42.738	43.391
Não circulante		
Valores a liberar (b)	16.140	16.140
Caução em garantia (c)	52.388	58.844
Outros créditos a receber	8	8
Total	68.536	74.992

- (a) O montante é composto pelas seguintes operações: i) R\$ 13.554 referente a financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado; ii) R\$7.715 de uso mutuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; iii) R\$ 5.822 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 - ANEEL; e iv) R\$ 4.153 outros valores diversos a receber;

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

- (b) Refere-se ao saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$16.140, bloqueado em decorrência, dos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial; e
- (c) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.

13 Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, para a ilha do Marajó. Atualmente, a sub-rogação é regida pela Resolução Normativa ANEEL n.º 427 de 22 de Fevereiro de 2011.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$ 465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$ 184.660 e 2ª fase no valor de R\$ 280.538. Já para interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$ 22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$ 206.974 (R\$ 163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$ 308.355 (R\$ 348.129 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 23.516 referente à interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos.

Programa	Saldo em 31/12/2015	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 30/09/2016
Sub-rogação Ilha do Marajó	43.450	58.790	(43.062)	3.267	62.445
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	22.374	-	-	1.142	23.516
Total	65.824	58.790	(43.062)	4.409	85.961

14 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	30/09/2016
Ativo financeiro	1.945.580	73.434	128.458	(2.484)	2.144.988
Obrigações especiais (b)	(531.553)	(27.243)	(106.842)	-	(665.638)
Total	<u>1.414.027</u>	<u>46.191</u>	<u>21.616</u>	<u>(2.484)</u>	<u>1.479.350</u>

	31/12/2014	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Ajuste VNR (c)	Baixas	31/12/2015
Ativo financeiro	1.370.962	174.632	442.105	(32.876)	(9.243)	1.945.580
Obrigações especiais (b)	(461.145)	(49.669)	(34.669)	(61)	13.991	(531.553)
Total	<u>909.817</u>	<u>124.963</u>	<u>407.436</u>	<u>(32.937)</u>	<u>4.748</u>	<u>1.414.027</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783;

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente;

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em 23 de novembro de 2015 houve mudança de índice de IGP-M para IPCA, ocorrida através da Resolução Normativa nº 686/2015 publicado no Diário Oficial da União. As possíveis variações decorrentes do valor novo de reposição-VNR também foram consideradas nessa mudança;

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL; e

(c) Ajuste do valor novo de reposição (VNR)

Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referente ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

15 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

30/09/2016					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,13%	5.000.623	(2.088.706)	(1.000.260)	1.911.657
Em curso		793.902	-	(277.651)	516.251
Total		5.794.525	(2.088.706)	(1.277.911)	2.427.908

31/12/2015					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,28%	4.886.794	(1.878.063)	(905.434)	2.103.297
Em curso		479.264		(431.197)	48.067
Total		5.366.058	(1.878.063)	(1.336.631)	2.151.364

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1). Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	30/09/2016
Em serviço	4.886.794	-	(6.970)	120.799	5.000.623
(-) Amortização	(1.878.063)	(214.501)	3.858	-	(2.088.706)
Total em serviço	3.008.731	(214.501)	(3.112)	120.799	2.911.917
Em curso	479.264	563.895	-	(249.257)	793.902
Total em curso	479.264	563.895	-	(249.257)	793.902
Obrigações especiais (b)	(1.707.060)	(117.351)	3.238	106.842	(1.714.331)
(-) Amortização	370.429	65.991	-	-	436.420
Total em obrigações especiais	(1.336.631)	(51.360)	3.238	106.842	(1.277.911)
Total	2.151.364	298.034	126	(21.616)	2.427.908

	31/12/2014	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2015
Em serviço	4.448.549	-	(147.708)	585.953	4.886.794
(-) Amortização	(1.697.099)	(288.133)	107.169	-	(1.878.063)
Total em serviço	2.751.450	(288.133)	(40.539)	585.953	3.008.731
Em curso	848.829	700.396	(41.903)	(1.028.058)	479.264
Total em curso	848.829	700.396	(41.903)	(1.028.058)	479.264
Obrigações especiais (b)	(1.583.914)	(213.840)	56.025	34.669	(1.707.060)
(-) Amortização	267.273	103.156	-	-	370.429
Total em obrigações especiais	(1.316.641)	(110.684)	56.025	34.669	(1.336.631)
Total	2.283.638	301.579	(26.417)	(407.436)	2.151.364

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço e reclassificação às transferências para o ativo financeiro em serviço da concessão. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, 6.3.19 Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos só poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No período findo em 30 de setembro de 2016 o valor do JOA foi de R\$ 16.604 (R\$ 35.618 em 31 de dezembro de 2015); e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	30/09/2016	31/12/2015
Obras em andamento	627.876	330.567
Materiais em depósitos	120.158	94.963
Adiantamento a fornecedores	45.868	53.734
Total	<u>793.902</u>	<u>479.264</u>

O intangível em curso teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

16 Fornecedores

	30/09/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica (a)	202.786	292.141
Encargos de uso da rede elétrica	9.694	10.226
Materiais e serviços (b)	323.702	145.408
Aquisição de Combustível (c)	-	112.544
Retenção contratual de fornecedores	-	5.421
Total	<u>536.182</u>	<u>565.740</u>

- (a) No período até 30 de setembro de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 65,01 por MWh (R\$MWh 166,89 em 31 de dezembro de 2015); (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015, assim como o MCSD 4% com início de suprimento a partir de 2016;
- (b) O aumento do saldo de materiais e serviços refere-se a valores retidos em 2016 do fornecedor Guascor (Sistema Isolado) que estão sendo negociados de forma gradativa no montante aproximadamente de R\$20.000; reajustes de contratos; incremento dos investimentos da Companhia; e ao saldo de aquisição de combustível, conforme item "c"; e
- (c) No período corrente o saldo de aquisição de combustível (R\$ 97.606), está considerado na rubrica de "Materiais e serviços".

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

17 Empréstimos e financiamentos

		30/09/2016		
Custo médio da dívida (%a.a.)		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	8,53%	1.212	59.194	60.406
CCBI Itaú	1,99%	113.042	-	113.042
CCBI Citibank	4,17%	124.231	243.409	367.640
Total moeda estrangeira		238.485	302.603	541.088
Moeda nacional				
Eletrobrás	6,90%	7.384	45.825	53.209
Guanabara	14,13%	2.048	2.198	4.246
IBM	15,26%	22.336	20.618	42.954
BNDES	7,15%	68.738	574.177	642.915
Caixa	6,00%	-	36.235	36.235
Subtotal		100.506	679.053	779.559
(-) Custo de captação		(451)	(2.920)	(3.371)
Total moeda nacional		100.055	676.133	776.188
Total		338.540	978.736	1.317.276

		31/12/2015		
Custo médio da dívida (%a.a.)		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	6,20%	2.510	75.874	78.384
CCBI Itaú	2,34%	137.638	135.645	273.283
CCBI Citibank	6,11%	196.902	243.993	440.895
Santander	3,30%	151.100	-	151.100
Total moeda estrangeira		488.150	455.512	943.662
Moeda nacional				
Eletrobrás	6,89%	8.054	51.195	59.249
Finame	11,32%	274	-	274
Guanabara	14,79%	2.055	3.719	5.774
IBM	14,35%	28.344	25.870	54.214
BNDES	11,01%	73.338	516.823	590.161
Caixa	6,00%	-	34.663	34.663
Subtotal		112.065	632.270	744.335
(-) Custo de captação		(1.435)	(2.975)	(4.410)
Total moeda nacional		110.630	629.295	739.925
Total		598.780	1.084.807	1.683.587

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.317.276 (R\$ 1.683.587 em 31 de dezembro de 2015), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$ 338.540 de curto prazo e R\$ 978.736 de longo prazo (R\$ 598.780 de curto prazo e R\$ 1.084.807 de longo prazo em 31 de dezembro de 2015) a um custo médio de 10,86% a.a., equivalente a 76,88% do CDI (de 7,3% a.a., equivalente a 54,96% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas**Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA**
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	338.540	26%	598.780	36%
2017	61.395	5%	288.427	17%
2018	297.980	23%	297.165	18%
2019	167.149	13%	110.702	7%
2020	125.322	10%	110.155	7%
Após 2020	329.810	25%	281.333	17%
Subtotal	981.656	75%	1.087.782	65%
Custo de captação (Não circulante)	(2.920)	0%	(2.975)	0%
Não circulante	978.736	74%	1.084.807	64%
Total	1.317.276	100%	1.683.587	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587
Ingressos	-	92.147	-	-	92.147
Encargos	27.365	1.572	17.737	-	46.674
Variação monetária e cambial	18.220	13.045	(5.832)	(147.253)	(121.820)
Transferências	59.981	(59.981)	5.656	(5.656)	-
Amortizações de principal	(77.801)	-	(244.810)	-	(322.611)
Pagamentos de juros	(39.324)	-	(22.416)	-	(61.740)
Custo de captação	617	(278)	700	-	1.039
Transferências de transação	(333)	333	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2016	100.054	676.133	238.486	302.603	1.317.276

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184
Reclassificação RJ (a)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	274.574	125.000	493.613	893.187
Encargos	40.068	3.216	18.029	-	61.313
Variação monetária e cambial	1.457	10.484	71.046	209.446	292.433
Transferências	99.907	(99.907)	296.082	(296.082)	-
Amortizações de principal	(179.502)	-	(542.751)	-	(722.253)
Pagamentos de juros	(28.587)	-	(15.879)	-	(44.466)
Custo de captação	(112)	(2.590)	1.658	-	(1.044)
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587

- (a) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, estes foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial.

O saldo referente à garantia de dívida da Companhia é compreendido por caução no montante de R\$ 52.388 (R\$ 58.520 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

18 Debêntures

A movimentação das debêntures no período está assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Adições	-	100.000	100.000
Encargos	1.393	-	1.393
Variação monetária	-	1.135	1.135
Custo de captação	(52)	(140)	(192)
Saldos em 30 de setembro de 2016	<u>1.341</u>	<u>100.995</u>	<u>102.336</u>

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja liquidação foi realizada em 05 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Em 30 de setembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 17,48% ao ano.

Em 30 de setembro de 2016, as debêntures representam o montante de R\$ 102.336 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/09/2016	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	<u>1.341</u>	<u>1%</u>
2019	51.134	50%
2020	<u>50.001</u>	<u>49%</u>
Não circulante	<u>101.135</u>	<u>99%</u>
Custo de captação - Não circulante	(140)	0%
Total não circulante	<u>100.995</u>	<u>99%</u>
Total	<u>102.336</u>	<u>100%</u>

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

Covenants

As debêntures preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

19 Impostos e contribuições a recolher**19.1 Impostos e contribuições a recolher**

Circulante	30/09/2016	31/12/2015
ICMS	170.460	144.743
ICMS parcelamento (a)	2.566	33.056
PIS e COFINS	24.380	25.714
Encargos sociais	6.286	21.410
Outros	5.638	6.247
Total	209.330	231.170
 Não circulante	 30/09/2016	 31/12/2015
ICMS parcelamento	35.497	30.316
Outros	-	19.289
Total	35.497	49.605

- (a) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado em 30 de outubro de 2017.

19.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	30/09/2016	31/12/2015
IRRF	522	-
Total	522	-

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

20.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2016	31/12/2015
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(17.683)	24.785
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	<u>(80.143)</u>	<u>(88.326)</u>
Total	<u>(97.826)</u>	<u>(63.541)</u>

(a) A composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	53.925	66.194
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	55.346	151.003
Provisão para participação nos lucros	9.134	10.840
Depreciação acelerada	(14.477)	6.332
Provisão fundo de pensão	11.015	12.484
VNR	(39.507)	(23.802)
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(139.996)	(149.032)
SWAP	30.339	(73.949)
Outras despesas não dedutíveis	<u>16.538</u>	<u>24.715</u>
Total	<u>(17.683)</u>	<u>24.785</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 30 de setembro de 2016, por não atender às condições previstas no CPC 32 - Tributos sobre o lucro e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 196.613 (R\$203.925 em 31 de dezembro de 2015), não possuem prazo de prescrição.

20.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de setembro de 2016 e de 2015, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

	30/09/2016		30/09/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	282.927	282.927	664.240	664.240
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	70.732	25.463	166.060	59.782
Adições:				
Provisão para contingências	39.651	14.274	46.932	16.896
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	15.525	5.589	26.846	9.665
Ajuste a valor presente	6.645	2.392	26.104	9.397
Variação de SWAP	74.635	26.868	105.030	37.811
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	6.017	2.166	12.439	4.478
Provisão para fundo de pensão	8.099	2.916	11.942	4.299
Provisão para participação nos lucros	6.716	2.418	5.698	2.051
Custo de Captação, AVP e VNR	6.810	2.452	3.739	1.346
Outras provisões	11.483	4.134	11.013	3.965
	<u>175.581</u>	<u>63.209</u>	<u>249.743</u>	<u>89.908</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(48.672)	(17.522)	(46.078)	(16.588)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(85.861)	(30.910)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	(122.857)	(44.229)
Variação de SWAP	2.047	738	(153.317)	(55.194)
Provisão para fundo de pensão	(9.179)	(3.305)	(9.228)	(3.322)
Provisão para participação nos lucros	(7.970)	(2.869)	-	-
Custo de Captação, AVP e VNR	(18.359)	(6.609)	(35.062)	(12.622)
Outras provisões	(16.668)	(5.994)	(26.747)	(9.623)
Depreciação acelerada	(20.809)	-	-	-
	<u>(205.471)</u>	<u>(66.471)</u>	<u>(393.289)</u>	<u>(141.578)</u>
IRPJ e CSLL	<u>40.842</u>	<u>22.201</u>	<u>22.514</u>	<u>8.112</u>
Compensação base negativa de CSLL	-	(6.660)	-	(2.434)
Incentivo PAT	(981)	-	(541)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(80)	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>39.781</u>	<u>15.541</u>	<u>21.973</u>	<u>5.678</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>14%</u>	<u>5%</u>	<u>3%</u>	<u>1%</u>
Ativo fiscal diferido	30.718	3.567	143.546	51.671
(+) IRPJ subvenção governamental	(39.781)	-	(21.973)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	-	-	(18.769)	(6.751)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>30.718</u>	<u>19.108</u>	<u>124.777</u>	<u>50.598</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>11%</u>	<u>7%</u>	<u>19%</u>	<u>8%</u>

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 30 de setembro de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 54.314 (R\$20.586 em 31 de dezembro de 2015)..

21 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2013, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA (Lucros antes de juros, impostos e amortização) e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 30 de setembro de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$ 26.866 (R\$ 31.882 em 31 de dezembro de 2015).

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/09/2016		31/12/2015	
	Contingências	Depósitos judiciais	Contingências	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	91.451	-	91.181	108.623
Fiscais	21.198	113.397	-	-
Trabalhistas	62.828	34.833	99.594	35.195
Regulatórias	605	-	3.913	-
Total	176.082	148.230	194.688	143.818
Circulante	61.605	6.931	99.115	2.306
Não circulante	114.477	141.299	95.573	141.512

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 62.071 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

Movimentação dos processos no período

	<u>31/12/2015</u>		<u>30/09/2016</u>			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	91.181	13.400	(10.475)	(11.389)	8.734	91.451
Fiscais	-	21.198	-	-	-	21.198
Trabalhistas	99.594	31.225	(62.593)	(21.241)	15.843	62.828
Regulatórias	3.913	605	-	(3.913)	-	605
Total	194.688	66.428	(73.068)	(36.543)	24.577	176.082

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2015</u>			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	84.057	9.975	(1.923)	(8.420)	7.492	91.181
Trabalhistas	91.918	3.390	(2.685)	(3.123)	10.094	99.594
Regulatórias	8.336	1.994	(5.113)	(1.834)	530	3.913
Total	184.311	15.359	(9.721)	(13.377)	18.116	194.688

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 11.423 processos cíveis (9.092 processos em 2015), sendo que 8.749 tramitam em Juizados Especiais (6.773 processos em 2015), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia contempla provisão de R\$ 91.451 (R\$ 91.181 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 341.783 (R\$ 377.853 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são devolução de valores pagos, questionamento sobre a cobrança de consumo não registrado, falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 94 processos fiscais (93 processos em 2015) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia contempla provisão de R\$ 21.198.

Existem contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 16.182 (R\$ 16.182 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$ 16.164 do valor possível.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.232 reclamações ajuizadas (1.876 reclamações em 2015) por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam duas ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 13 (treze) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricistas do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Foi celebrado acordo nos dois processos para serem pagos na forma do plano de Recuperação Judicial, o que vem sendo cumprido regularmente. O processo do Sindicato dos trabalhadores possui provisão no valor de R\$ 25.204, valor este suficiente para fazer frente à sua liquidação.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia contempla provisão para causas trabalhistas no valor de R\$ 62.828 (R\$ 99.594 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 86.684 (R\$ 71.251 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a CELPA apenas subsidiariamente nesses pleitos.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e não mais pela Taxa Referencial Diária (TRD). A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu como inconstitucional o uso da Taxa Referencial Diária (TRD), como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Regulatórias

Atualmente, a Companhia não possui processos de infração lavrados em tramitação na ANEEL, todavia possui um processo sob o número 1002/2014 - ARCON - PA, originário de fiscalização técnica que foram negociados e estão sendo recolhidos em 10 parcelas atualizadas pela Selic.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia contempla provisão para contingências regulatórias no valor de R\$ 605 (R\$ 3.913 em 31 de dezembro de 2015).

Em julho de 2014, 13 processos que correspondiam a R\$ 39.000 em multas foram convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia e pelos extratos publicados no Diário Oficial em 17 de julho de 2014, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

23 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas**Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA**
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Empresa	Ref.	Natureza da operação	Vencimento	30/09/2016		31/12/2015	30/09/2015
				Passivo	Resultado/ despesa	Passivo	Resultado/ despesa
		Dividendos		21.487	-	16.758	-
Equatorial Energia (Controladora)	(a)	Cessão de créditos	31/08/2026	228.817	22.446	206.053	(16.524)
	(b)	Mútuo	02/05/2017	76.865	10.664	102.464	6.692
				305.682	33.110	308.517	(9.832)
Total Circulante				297.685	-	258.656	-
Não circulante				7.997	-	49.861	-

- (a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA. Conforme dispositivos do pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia reconheceu o AVP de R\$ 6.144 utilizando como taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia (saldo em 30 de setembro de 2016, R\$ 5.540). Em relação ao perfil, tem-se R\$ 220.820 com vencimento no curto prazo, e R\$ 7.997 no longo prazo, sendo o último vencimento em 30/06/2028; e
- (b) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 23 de abril de 2014, com vencimento final em 2 de maio de 2017, cuja finalidade foi a recomposição de caixa.

A Companhia detém ainda, valores com a FASCEMAR provenientes de confissão de dívida no montante de R\$ 6.662 e das contribuições da patrocinadora CELPA com sua Fundação de Previdência Complementar com efeito no resultado de R\$ 2.255 no período findo de 30 de setembro de 2016. As condições do plano de previdência da CELPA com a FASCEMAR estão descritas conforme Nota 32.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 13.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de março de 2016.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016:

Conselho de Administração		
Remuneração fixa:		100%
Diretoria		
Remuneração fixa:		49%
Benefícios:		6%
Remuneração variável:		45%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	8	15
Remuneração Fixa Anual	63	2.095	2.158
Salário ou Pró-labore	63	1.870	1.933
Benefícios diretos e indiretos	-	225	225
Remuneração variável	-	1.629	1.629
Bônus	-	1.629	1.629
Benefícios pós emprego	-	90	90
Valor total da remuneração por órgão	63	3.814	3.877

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Garantias

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A., como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/09/2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	239.517
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	3.829
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	5.330
Banco Guanabara - (Capital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	4.246
Banco IBM (Capital de Giro)	20.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	13.837
BNDES (Financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	338.561
BNDES (Financiamento - Torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	290.000	304.355
Banco Itaú (Capital de Giro CCB) - US\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	113.042
Banco CitiBank (Capital de Giro CCB) - US\$ 112MM	455.520	100	20/01/2016	01/02/2019	455.520	367.640
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	17.915
Banco Santander	85.000	100	12/08/2015	08/08/2016	85.000	-
Banco IBM (Capital de Giro)	2.147	100	16/05/2016	16/11/2019	2.147	2.042
Austral Seguradora (Garantia do 20º LEN Leilão 006/2014 A-5)	341	100	18/11/2015	18/11/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Processo nº.0001146-69.2013.5.08.0003)	471	100	16/11/2015	16/11/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial-Tributário - Execução Fiscal - PGFN)	1.114	100	23/11/2015	23/11/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000239-31.2007.8.14.0054)	350	100	11/12/2015	11/12/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000851-74.2014.5.08.0107)	200	100	18/01/2016	18/01/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - AI nº. 001/2012 e 002/2012 - ISS de Portel)	24.792	100	18/01/2016	18/01/2021	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000474-07.2005.814.0005)	1.372	100	23/03/2016	23/03/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0019743-82.2012.814.0301)	3.400	100	06/04/2016	06/04/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0002876-91.2000.8.14.0028)	1.397	100	14/04/2016	14/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000197-87.2006.814.0070)	1.917	100	18/04/2016	18/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	36.467	100	09/09/2016	09/09/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial - AI: 032809-A do ICMBio)	66	100	10/08/2015	10/05/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	79	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 1575-70.2012.5.08.0003)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000578-90.1997.814.0301 Civil)	1.315	100	09/07/2015	09/07/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 02/2015 (3º LFA))	283	100	31/12/2015	31/12/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Execução Fiscal de Parauapebas)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000001-71.1998.14.0007 - Antônio Pereira Lobo)	3.920	100	14/06/2016	14/06/2018	N/A	N/A
Total	2.409.914				1.636.526	1.410.314

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

24 Valores a pagar da recuperação judicial**a. Composição da dívida**

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Credores operacionais (a)	76.031	75.531
Encargos setoriais (b)	28.315	26.894
(-) Ajuste a valor presente (d)	(16.627)	(10.979)
Total	87.719	91.446
Não circulante		
Credores operacionais (a)	79.974	138.683
Encargos setoriais (b)	10.296	34.548
Intragrupos (c)	72.468	69.413
Credores financeiros	1.215.915	1.199.397
(-) Ajuste a valor presente (d)	(415.060)	(446.442)
Total	963.593	995.599
Total	1.051.312	1.087.045

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	30/09/2016		31/12/2015	
Vencimento	Valor	%	Valor	%
Circulante	87.719	8,3%	91.446	8,4%
2017	38.204	3,6%	134.526	12,4%
2018	2.574	0,2%	-	0,0%
2019	9.489	0,9%	3.680	0,3%
2020	-	0,0%	3.394	0,3%
Após 2020	913.326	86,9%	853.999	78,6%
Não circulante	963.593	91,7%	995.599	91,6%
Total geral	1.051.312	100%	1.087.045	100%

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

a.1 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2015	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2016
Credores operacionais	172.168	-	(58.208)	7.055	121.015
Encargos setoriais	53.803	4.214	(20.377)	365	38.005
Intragrupo	41.055	3.055	-	1.134	45.244
Credores financeiros	820.019	11.958	(2.108)	17.179	847.048
Total	1.087.045	19.227	(80.693)	25.733	1.051.312

	Saldo em 31/12/2014	Reclassificação RJ	Ingressos	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2015
Credores operacionais	195.875	-	14.300	-	(79.664)	41.657	172.168
Encargos setoriais	74.437	-	-	8.248	(27.910)	(972)	53.803
Intragrupo	65.549	-	-	3.865	-	(28.359)	41.055
Credores financeiros	-	1.045.767	-	160.297	-	(386.045)	820.019
Total	335.861	1.045.767	14.300	172.410	(107.574)	(373.719)	1.087.045

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA;
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, PROINFA e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial;
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial; e
- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante esta fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extraconcursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1º de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela Companhia, sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de Credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade, quanto em valor, aprovaram a saída da Companhia do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL), manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Dessa forma, após análises feita pela Companhia, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Sendo assim, em 2015, a companhia realizou o ajuste a valor presente, no valor de R\$ 395.292, sendo R\$ 404.983 de empréstimos e financiamentos, (R\$ 26.206) de credores operacionais, R\$ 15.300 de intragrupos e R\$ 1.215 de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12. Em 30 de setembro de 2016, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 431.687, sendo R\$ 368.865 de empréstimos e financiamentos, R\$ 34.990 de credores operacionais, R\$ 27.225 de intragrupos, e R\$ 607 de encargos setoriais (Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 457.421, sendo R\$386.045 de empréstimos e financiamentos, R\$ 42.045 de credores operacionais, R\$ 28.359 de intragrupos, e R\$ 972 de encargos setoriais).

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

25 Outras contas a pagar

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamentos de consumidores (a)	44.827	34.403
ANEEL - autos de infração (b)	12.178	12.531
Convênios de arrecadação	12.662	1.952
Encargos tarifários	5.427	-
Entidades seguradoras	-	203
Encargos tarifários	-	1.234
Multas regulatórias (c)	44.848	59.222
Cauções	4.611	-
Contribuição de iluminação pública	-	18.311
Outras contas a pagar (d)	20.884	46.059
Total circulante	145.437	173.915
Não circulante		
ANEEL - autos de infração (b)	23.207	29.058
Questionamentos tributários - CCC (e)	297.361	246.915
Multas regulatórias (b)	-	23.455
Outras contas a pagar	23.096	-
Total não circulante	343.664	299.428
Total	489.101	473.343

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor;
- (b) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
- (c) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do Processo nº 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial;
- (d) Dos valores de outras contas a pagar de curto prazo, R\$20.884, temos como principal composição R\$ 17.222 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços e R\$ 3.432 de provisão de honorários judiciais; e
- (e) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo 30 de setembro de 2016 deve-se basicamente à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS.

26 Patrimônio líquido

26.1 Capital social

O capital social da Companhia subscrito em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 1.521.740 (R\$ 1.521.740 em 31 de dezembro de 2015) e sua composição por classe de ações e principais acionistas está assim demonstrada:

Notas Explicativas**Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA**
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Energia	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Eletrobrás						
Outros	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
(minoritários)						
Total	<u>2.204.620.569</u>	<u>2.166.816</u>	<u>1.085.373</u>	<u>1.201.249</u>	<u>2.209.074.007</u>	<u>100,00%</u>

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000, mediante a emissão de novas ações ordinárias.

26.2 Reserva de reavaliação**Movimentação da reserva de reavaliação**

	31/12/2015	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	30/09/2016
Reserva de reavaliação	259.782	(23.246)	(614)	(210)	235.712
Encargo tributário	<u>(88.326)</u>	<u>-</u>	<u>8.184</u>	<u>-</u>	<u>(80.142)</u>
Total	<u>171.456</u>	<u>(23.246)</u>	<u>7.570</u>	<u>(210)</u>	<u>155.570</u>

	31/12/2014	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	31/12/2015
Reserva de reavaliação	320.304	(32.680)	-	(27.842)	259.782
Encargo tributário	<u>(108.903)</u>	<u>-</u>	<u>20.577</u>	<u>-</u>	<u>(88.326)</u>
Total	<u>211.401</u>	<u>(32.680)</u>	<u>20.577</u>	<u>(27.842)</u>	<u>171.456</u>

26.3 Reservas de lucros**a. Reserva legal**

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro 2016 o saldo desta reserva é de R\$ 6.394 (R\$ 6.394 em 31 de dezembro de 2015).

b. Reserva de incentivos fiscais

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no período findo em 30 de setembro de 2016 é de R\$52.028 (R\$52.028 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

c. **Reserva de investimento**

Essa reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 30 de setembro de 2016, o saldo dessa reserva é de R\$ 87.144 (R\$ 87.144 em 31 de dezembro de 2015).

d. **Reserva de dividendos adicionais**

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 30 de setembro de 2016, o saldo desta reserva estava zerado (R\$ 4.900 em 31 de dezembro de 2015).

27 **Receita operacional**

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2016		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.062.381	2.736.427	1.835.802
Industrial	4.109	1.141.326	420.250
Comercial	175.943	1.357.742	908.785
Rural	140.357	177.024	87.891
Poder público	19.050	385.001	290.268
Iluminação pública	506	391.857	154.956
Serviço público	2.052	193.015	49.325
Consumo próprio	279	24.767	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	11.529
Suprimento CCEE	-	-	133.613
Baixa renda	-	-	178.576
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(29.962)
Receita de construção	-	-	563.895
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(1.783)
Outras	-	-	28.936
Total	2.404.677	6.407.159	4.632.081
	30/09/2015		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.958.909	2.472.045	1.589.533
Industrial	4.018	977.378	484.473
Comercial	165.916	1.291.485	889.520
Rural	125.157	149.065	73.943
Poder público	18.509	356.161	230.608
Iluminação pública	470	329.460	137.149
Serviço público	1.888	184.342	77.020
Consumo próprio	293	24.578	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	18.715
Fornecedor não faturado reposição tarifária	-	-	49.036
Suprimento CCEE	-	-	159.570
Baixa renda	-	-	105.258
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(25.782)
Receita de construção	-	-	476.457
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	254.153
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	(36.766)
Outras	-	-	23.124
Total	2.275.160	5.784.514	4.506.011

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

28 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/09/2016	30/09/2015
Fornecimento de energia elétrica	3.740.118	3.480.988
Remuneração financeira WACC (a)	87.737	80.734
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	(1.783)	217.387
Suprimento de energia elétrica (c)	133.613	159.570
Subvenção CDE - Outros	68.036	49.036
Receita de construção (d)	563.895	476.457
Outras receitas	40.465	41.839
Receita operacional	4.632.081	4.506.011
ICMS sobre venda de energia elétrica	(846.211)	(814.846)
PIS e COFINS	(356.369)	(366.610)
Encargos do consumidor	(32.985)	(21.214)
ISS	(632)	(566)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (e)	(266.893)	(157.471)
Deduções à receita operacional	(1.503.090)	(1.360.707)
Receita operacional líquida	3.128.991	3.145.304

- (a) O aumento da remuneração financeira WACC é referente ao processo de revisão tarifária, realizado em agosto/2015. Conforme Notas Técnicas nos 240/2012 e 198/2015-SGT/ANEEL, a base de remuneração líquida sofreu um aumento de 100% no período;
- (b) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos Contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a orientação técnica - OCPC 08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada;
- (c) O valor corresponde à receita na operação de curto prazo no mercado *spot*, onde em agosto de 2015, ocorreu a devolução do pagamento da liminar de Jirau, cujos valores foram registrados na liquidação de julho de 2015, onde a contrapartida está na linha de energia elétrica de curto prazo.
- (d) A ICPC 01 (R1) estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. No período findo de 30 de setembro de 2016 teve um incremento devido a receita de construção dos ativos da concessão em função da retomada de investimentos em obras de melhorias; ampliação; conservação e manutenção das redes de distribuição; linhas de subtransmissão e subestações executados na área de concessão; e

A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2016, devido às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014. Do total pago, R\$ 141.180 refere-se a empréstimo ACR e R\$ 125.713 de quota CDE e quota Tesouro.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

29 Custos do serviço e despesas operacionais.

30/09/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	33.619	21.754	41.973	97.346
Material	370	1.155	168	1.693
Serviços de terceiros	148.754	74.385	66.322	289.461
Energia elétrica comprada para revenda	1.434.041	-	-	1.434.041
Custo de construção	563.895	-	-	563.895
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	114.258	-	-	114.258
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	93.732	-	93.732
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	1.394	1.394
Amortização	105.594	-	42.916	148.510
Arrendamento e aluguéis	15.722	1.994	2.705	20.421
Subvenção CCC	9.373	-	-	9.373
Outros	174	(4.298)	(1.082)	(5.206)
Total	2.425.800	188.722	154.396	2.768.918
30/09/2015				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas³	Despesas administrativas³	Total
Pessoal	56.134	17.903	30.982	105.019
Material	2.498	1.302	828	4.628
Serviços de terceiros	102.827	91.156	42.155	236.138
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	3.571	-	-	3.571
Energia elétrica comprada para revenda	1.717.151	-	-	1.717.151
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	87.096	-	-	87.096
Custo de construção	476.457	-	-	476.457
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	76.115	-	76.115
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(2.687)	(2.687)
Amortização	87.318	-	9.302	96.620
Arrendamento e aluguéis	15.656	453	3.063	19.172
Subvenção CCC	(10.995)	-	-	(10.995)
Recuperação de despesas	-	(21.704)	-	(21.704)
Outros	(13.496)	19.692	17.744	23.940
Total	2.524.217	184.917	101.387	2.810.521

³ Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a Companhia para 30/09/2015 efetuou ajustes de inclusões nas colunas de “Despesas com vendas” demonstrando o valor de “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”, bem como nas “Despesas administrativas” incluindo o valor de “Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas” e a concatenação de “Honorários administradores” juntamente com a linha de “Pessoal” e a inclusão da “Amortização”. Tais valores eram demonstrados apenas na DRE.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

30 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Energia de leilão (a)	5.744	4.889	1.130.379	1.002.619
Contratos Eletronuclear	211	215	30.131	47.278
Contratos cotas de garantias (b)	2.841	2.317	121.050	72.393
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	52.861	12.675
Energia bilateral	166	-	37.607	34.176
Energia de curto prazo - CCEE (c)	(704)	840	155.232	701.303
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	135	134	46.978	33.443
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição ⁴	-	-	114.258	87.096
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	-	(140.197)	(186.736)
Total	8.393	8.395	1.548.299	1.804.247

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (a) Em janeiro de 2016 iniciou-se o pagamento de novos leilões de energia, tais como MCSD 2015, 15º Leilão de energia existente, 17º Leilão de energia nova e 3º Leilão de fonte alternativas, aumentando a quantidade energia contratada e, por conseguinte a despesa financeira correspondente à referida energia;
- (b) Refere-se à energia decorrente do rateio da garantia física e de potência das usinas cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. A alocação das cotas às concessionárias de distribuição de energia é estabelecida conforme regulamento da ANEEL. No período findo em 30 de setembro de 2016, a variação das cotas, se comparado com o mesmo período de 2015, apresenta valor maior devido à aquisição de novas cotas;
- (c) No terceiro trimestre de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) a redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado *spot*, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 124,22 por MWh; (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos - MCSD Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015, assim como o MCSD 4% com início de suprimento a partir de 2016; e

O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

⁴ A Companhia em 30/09/2015 apresentava a linha "Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição" separadamente da "Energia elétrica comprada para revenda", sendo demonstrada apenas na DRE. Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a mesma apresenta tal valor tanto em 2016 quanto em 2015 como parte do mesmo grupo.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

31 Resultado financeiro

	30/09/2016	30/09/2015
Rendas financeiras	80.472	36.189
Valores a receber/devolver parcela A (a)	27.942	37.944
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	613.269
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	64.567	100.493
Receita financeira de AVP	-	394.439
Variação monetária e cambial da dívida (d)	158.208	120.948
PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.834)	(3.731)
Atualização do ativo financeiro (e)	73.434	165.340
Atualização sub-rogação CCC (f)	-	41.941
Atualização CDE	-	24.752
Descontos obtidos	2.099	6.242
Juros ativos	6.910	4.851
Outras receitas financeiras	18.766	956
Total de receitas financeiras	424.564	1.543.633
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A (a)	(27.602)	(16.855)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(211.672)	(420.120)
Variação monetária e cambial da dívida (d)	(10.104)	(438.278)
Encargos da dívida	(102.257)	(133.497)
Atualização de eficiência e contingências	(18.781)	(13.051)
Multas regulatórias	(1.324)	(3)
Atualização do ativo financeiro (e)	(27.242)	-
Despesa financeira de AVP (g)	(26.575)	(7.426)
Encargos com partes relacionadas	(22.863)	(40.428)
Juros, multas s/ operação de energia	-	(4.296)
Juros passivos	(26.105)	(17.280)
Descontos concedidos	(740)	-
Outras despesas financeiras	(2.079)	(28.197)
Total de despesas financeiras	(477.344)	(1.119.431)
Resultado financeiro líquido	(52.780)	424.202

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de Swap, que trocam Dolar+spread por CDI+ spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No período findo em 30 de setembro de 2016 tivemos despesa de Swap no valor de R\$211.672, devido a queda do dólar em 2016 (veja nota d), contra uma receita no mesmo período de 2015;
- (c) A variação apresentada decorre substancialmente da queda do contas a receber de parcelamento, influenciado pela variação do consumo não registrado - CNR, que comparado com o mesmo período do ano anterior apresenta uma queda de 78%;
- (d) O principal efeito da variação cambial, é derivado da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no período findo em 30 de setembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao mesmo trimestre do ano de 2015;

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

- (e) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CELPA, conforme despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015 (vide Nota 14). A mudança no índice de atualização do Ativo Financeiro passando de IGPM a IPCA, gerou uma alteração (decrécimo) no resultado financeiro. Tal mudança está de acordo com a Resolução Normativa nº 686/2015 de 23 de novembro de 2015;
- (f) A variação refere-se a correção a IGPM (Resolução Normativa nº 146/2005 (Art. 5º) dos montantes das parcelas recebidas nos respectivos exercícios; e
- (g) Em 2015, houve a constituição do AVP das operações em RJ, o que gerou uma receita não recorrente de R\$ 395 milhões, nos períodos seguintes, o registro será apenas das baixas do AVP, gerando despesa.

32 Entidade de previdência privada

Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria e pensão”.

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do trimestre findo em 30 de setembro de 2016, esse valor corresponde a R\$ 2.164 (R\$ 2.372 em 30 de setembro de 2015).

Através da Portaria nº 247, de 7 de maio de 2015, e Portaria nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

- A cisão do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;
- A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

- O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar.
- A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP.
- O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 3 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Cisão e Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R estão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Déficit técnico do plano CELPA R

O Plano CELPA R, ainda na gestão REDEPREV, apresentou por 3 (anos) consecutivos um déficit técnico, e desta forma e em cumprimento à legislação vigente, foi elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda. um "Plano de Equacionamento de Déficit Técnico", o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Encontra-se em fase de assinaturas o "Termo de Equacionamento de Déficit", a ser firmado entre CELPA e FASCEMAR, em cumprimento ao Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, aprovado pela PREVIC e, contemplando as condições acima elencadas.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

O Plano CELPA OP é contributivo, na modalidade CV (Contribuição Variável), em que o benefício futuro depende do valor das contribuições realizadas pelo participante.

O Plano opera de forma indissociável do Plano de Benefícios CELPA “R”, em que estão os chamados benefícios de risco (doença; invalidez e pensão por morte).

O custeio do plano é de responsabilidade dos participantes e das patrocinadoras. As contribuições realizadas são alocadas em fundos, visando ao pagamento dos benefícios no futuro.

A contribuição mensal é definida pelo participante. É possível também fazer contribuições esporádicas a qualquer momento, como forma de melhorar a renda futura.

O participante pode optar pelo benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Os benefícios oferecidos pelo Plano OP são:

- Renda mensal vitalícia, com reversão aos beneficiários
- Renda mensal financeira, com reversão aos beneficiários
- Pecúlio por invalidez ou morte

Plano de Benefícios CELPA R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Auxílio-doença
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte
- Pecúlio por morte
- Abono anual

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA.

Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, através do Contrato nº 402, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com Abrangência Nacional, cobertura de todos os Procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na modalidade de pré-pagamento com coparticipação apenas a partir sexta consulta por ano e beneficiário, com contribuição do empregado no custeio do Plano. É oferecido para os colaboradores da CELPA, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. Além deles, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais, quais sejam Cônjuge/Companheiro (a), Filho (a), Enteado (a), Menor Sob Guarda e Menor Tutelado (a) solteiro (a) com até 24 anos de idade ou, se inválido (a) sem limite de idade. As mensalidades são estabelecidas por tipo de Acomodação contratada, que são Enfermaria, Apartamento e Diferenciado. A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora). O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com a faixa salarial.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Unimed Seguro Saúde

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da CELPA, bem como a seus dependentes. Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com o plano (Líder ou Sênior).

Plano odontológico Uniodonto

A CELPA oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes.

Apesar de haver a possibilidade de ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela CELPA para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio cruzado).

33 Instrumentos financeiros

33.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado ⁵(DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

⁵ O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

33.2 Política de utilização de derivativos

A CELPA utiliza operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

33.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e dezembro de 2015 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao valor justo	33.428	33.428	40.860	40.860
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	501.439	501.439	757.774	757.774
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	1.712.517	1.712.517	1.446.600	1.446.600
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	148.230	148.230	143.818	143.818
Instrumentos financeiros derivativos	Ativos financeiros ao valor justo	-	-	217.498	217.498
Sub-rogação da CCC - valores		85.961	85.961	65.824	65.824
Ativo financeiro de concessão	Mantido até o vencimento	1.479.350	1.479.350	1.414.027	1.414.027
Total do ativo		<u>3.960.925</u>	<u>3.960.925</u>	<u>4.086.401</u>	<u>4.086.401</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Empréstimos e recebíveis	536.182	536.182	565.740	565.740
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	1.317.276	1.317.276	1.683.587	1.683.587
Instrumentos financeiros derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	89.231	89.231	-	-
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	305.682	305.682	308.517	308.517
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	102.336	102.336	-	-
Total do passivo		<u>2.350.707</u>	<u>2.350.707</u>	<u>2.557.844</u>	<u>2.557.844</u>

- **Caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 1.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados como instrumentos derivativos e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

33.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

33.5 Fatores de risco (gerenciamento dos riscos financeiros) - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CELPA define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Os procedimentos de risco do Grupo são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco do grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na Nota 17 e 18.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

(iii) **Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) **Risco cambial**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 33,8%, de sua dívida (respectivo a Empréstimos e Financiamentos, Custo de captação, Debêntures, Credores financeiros e AVP-Credores financeiros). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CELPA possui quatro dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 62,9% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio. Outra dívida é com BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento que representa 29,5% do total da dívida exposta ao câmbio, mas que por fazer parte do PRJ, está toda no passivo não circulante, com vencimento em 30/06/2026; E finalmente uma quarta, que possui uma Caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global da Companhia e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2016 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

33.6 **Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros**

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	206.940	11.789	(183.362)	402.092	597.243
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/09/2016	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		3,25	4,06	4,87	2,43	1,62

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Indexadores	30/09/2016	31/12/2015
SWAP			
Ponta ativa	US\$	10.963	255.564
Ponta passiva	CDI	(100.194)	(38.066)
Total		(89.231)	217.498
Ativo circulante		-	71.810
Ativo não circulante		-	145.688
Passivo circulante		(34.474)	-
Passivo não circulante		(54.757)	-

A Companhia possui *Swap* com os bancos Itaú e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 24 de fevereiro de 2017 e 2 de fevereiro de 2019. Em 30 de setembro de 2016, os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú e Santander são respectivamente R\$ 113.042 e R\$ 367.640.

(i) **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 17 (Empréstimos e financiamentos) e 18 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(ii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2016

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	80.473	100.591	120.709	60.335	40.236
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(4.913)	(6.026)	(7.140)	(3.799)	(2.686)
	TJLP	(19.383)	(22.863)	(26.343)	(15.903)	(12.422)
	IGP-M	(16.857)	(20.424)	(23.991)	(13.291)	(9.724)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 30/09/2016	25%	50%	-25%	-25%
CDI (%9 meses)		10,42%	13,03%	15,63%	7,82%	5,21%
TJLP (% 9 meses)		5,57%	6,96%	8,36%	4,18%	2,79%
IGP-M (% 9 meses)		6,46%	8,08%	9,69%	4,85%	3,23%
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 30/09/2016	25%	50%	-25%	-25%
CDI (%6 meses)		6,72	8,40	10,08	5,04	6,38
TJLP (% 6 meses)		3,68	4,60	5,52	2,76	3,50
IGP-M (% 6 meses)		5,90	7,38	8,85	4,43	5,61

O Impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(301.818)	(250.865)
Cenário III	(603.635)	(501.730)
Cenário IV	301.818	352.770
Cenário V	603.635	705.540

(iii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

(iv) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse destes às tarifas.

33.7 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida/EBITDA
- Dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo/dívida total

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

34 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2016	2017	2018	Após 2018
Energia contratada	2016 a 2032	1.914.392	1.997.884	2.373.123	53.683.874

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

35 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2016	293.945
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Automóvel (a)	31/12/2016	-
Automóvel (b)	31/12/2016	-
Seguro garantia judicial (c)	-	110.652
Seguro garantia leilão de energia (d)	-	624

(a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.

(b) 58 Hilux próprias, conforme apólice.

(c) Apólices vigentes até JAN/2021

(d) Apólices vigentes até JUN/2017

36 Eventos subsequentes

Segunda emissão de debêntures

Em 10 de agosto de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda Emissão de Debêntures, aprovação retificada em 10 de outubro de 2016, emissão com liquidação ainda a realizar, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de até R\$ 90.000 e vencimento em janeiro/2024. A liquidação da operação está prevista para ocorrer em novembro/2016.

Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Conselho de Administração

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
 Diretor Presidente

Eduardo Haiama
 Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
 Diretor

Carla Ferreira Medrado
 Diretora

Daniel Campos Negreiros
 Diretor

Humberto Soares Filho
 Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
 Diretor

Tinn Freire Amado
 Diretor

Geovane Ximenes de Lira
 Gerente de Contabilidade e Tributos
 Contador
 CRC PE 012996-O-3 S-PA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nesta data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nesta data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos Valores correspondente

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses, e do valor adicionado (DVA), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2015 e respectivas notas explicativas, os quais estão sendo apresentados como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2016, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes, respectivamente, que emitiram relatórios datados em 10 de março de 2016 e 3 de novembro de 2015, ambos sem modificação.

Belém, 10 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações intermediárias e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente